



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Thiago Brandão Peres

**Informalidade: um conceito em busca de uma teoria**

Rio de Janeiro

2015

Thiago Brandão Peres

**Informalidade: um conceito em busca de uma teoria**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Adalberto Moreira Cardoso

Rio de Janeiro

2015

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

P437 Peres, Thiago Brandão.  
Informalidade: um conceito em busca de uma teoria / Thiago Brandão  
Peres. – 2015.  
70f.

Orientador: Adalberto Moreira Cardoso.  
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Setor informal (Economia) – Brasil - Teses. 2. Trabalho – Brasil - Teses.  
I. Cardoso, Adalberto Moreira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 338.1(81)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Thiago Brandão Peres

**Informalidade: um conceito em busca de uma teoria**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 02 de fevereiro de 2015.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso (Orientador)  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

---

Prof. Dr. Luiz Antônio Machado da Silva  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

---

Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2015

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à Juair de Oliveira Peres e Bruno Brandão Peres.

Com toda gratidão e carinho.

## AGRADECIMENTOS

Conseguimos. E finalmente posso registrar meu agradecimentos. Um milímetro para cima ou para baixo na minha trajetória e, hoje, não seria bacharel em Ciências Sociais, menos ainda, mestre pela Universidade Do Estado do Rio de Janeiro. É evidente que “estar aqui” adveio menos do meu esforço individual do que por uma série de encontros com pessoas fantásticas que me impulsionaram e se dispuseram a, parafraseando Marx, galgar comigo as trilhas tortuosas e veredas abruptas da vida profissional e pessoal.

Desejo agradecer, particularmente, ao meu orientador, Adalberto Moreira Cardoso, um astuto defensor de suas ideias, que não se furta ao debate ou se esconde em veleidades. Obrigado pelos comentários, apoio e enriquecedores debates no interior Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho (NUPET/IESP). Aos companheiros e companheiras do citado núcleo, André, Daniel, Jana, Jefferson, Mirian e Roberto, obrigado pelos comentários, críticas e sugestões e, principalmente, pela atenção. Um agradecimento especial para o estimado Julian. Muito obrigado a todas e todos os servidores, terceirizadas e terceirizados do Instituto De Estudos Sociais e Políticos (IESP). A competência e comprometimento de vocês com a “casa da matriz” permitiram a criação de um ambiente amistoso para estudar/trabalhar. Obrigado, em especial, à Chris e Louise.

Obrigado aos membros que compuseram a banca de mestrado, Luis Antônio Machado da Silva (IESP/UERJ) e Jose Sergio Leite Lopes (PPGAS/UFRJ), por terem aceitado prontamente o convite e enriquecer o meu trabalho com precisos e preciosos comentários.

Obrigado à Fundação de Carlos Chagas filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo suporte financeiro.

Quero agradecer também, em especial, a minha família. Meu pai, Juair de Oliveira Peres, pelo suporte financeiro durante a graduação, mas, sobretudo, pelo suporte emocional, materializado em seu carinho e atenção constantes. Eu não teria conseguido sem você. Não raro me lembro da gente, ao telefone, comemorando termos conseguido o alojamento na Universidade Federal do Rio de Janeiro. À minha querida mãe, Vera Lúcia Brandão Peres, que me ensinou a ser forte quando a única opção era ser forte. Apenas seu beijo e abraço permitem que eu continue. Pai, mãe, amo vocês. Este agradecimento não tem nem dois parágrafos e está impossível continuar sem me emocionar. Estou reunindo todas as minhas forças para agradecer ao meu irmão, Bruno Brandão Peres. Não sei ao certo qual foi o momento em que, de um

menino magrelinho e tímido, você se tornou essa pessoa linda e brilhante, afetuoso e preocupado com tudo e com todos. Maravilhoso e maravilhado, facilmente sorri e faz sorrir. Não à toa todos te amam por onde você passa. Ao meu irmão-amigo: obrigado. Agradeço aos meus falecidos tios Adílson e Eva pelos conselhos e histórias de vida compartilhadas sempre com muita alegria e comida. A saudade é grande. À minha querida irmãzinha, Júlia: aqui está o motivo de muitas das minhas ausências em momentos de festa e celebração. Obrigado pela compreensão e incentivo - eu te amo, 'maninja'.

Pela ajuda nos momentos de cansaço e presença nos momentos de alegria, agradeço ao Alex, por ser exemplo de disciplina e força de vontade; Bernardo Rodrigues, por seu carinho banhoso e companheirismo; Bia Gondim, minha linda e brilhante amiga, obrigado; à Carolina Dummond por ter me trazido para a galera e por suas clarividências de Dona Nanã; à Aninha Morel, por todo o seu apoio, suporte e amizade; Felipe Abroas, por ser o único, querido e autêntico Felipe Abroas, muito obrigado; Ao Felipe Cristaldi, pela amizade, *elo job* e parceria de sempre; João Rabello, pelas conversas e utopias em comum; Leandro, pelas nossas muitas histórias (tens toda minha admiração). À Querida Lorena, por sua criatividade e musicalidade; Marcela Rabello, pela amizade e carinho: és a pessoa que eu gostaria de ser; à Matheus Berlandi, pela amizade e, sobretudo, pelas gargalhadas.

Também não posso deixar de agradecer à Marcos Gláuber por sua amizade, conversas e afeto; Naná Carvalhosa, pelo seu batuque poético e iluminado; Nalú Queiroz pelas histórias compartilhadas de luta e batalha; Raquel Oscar, minha mais completa tradução, por chorarmos de tanto rir (e, de vez em quando, chorarmos mesmo) e apoio constante nas madrugadas da vida acadêmica; Tatão Estrella, por contagiar à todos com seu ser-poesia; Steph Chauvin, por emanar carinho, afeto e generosidade. Me permitam ser brega: “Eu não existo longe de vocês”.

Aos Amigos e amigas da livraria. Muitos anos de muito trabalho, sem feriado, sem carnaval, sem domingo, com poucas horas para o natal e ano novo, salário baixo, sempre atrasado. Teria sido muito mais difícil se não fosse por vocês: muito obrigado Flaviano, Deusa, Rosely, Celma, Aline, Beto e Edílson. Não posso deixar de agradecer especialmente à Alex Sans, Nobru Tuxi, Tito Augusto, Manu Almeida, Marcella Carvalho e Augusto Dias, queridas e queridos amigos que tanto me apoiaram nos momentos mais difíceis e compartilharam comigo cada vitória e alegria. Guardo vocês no meu coração, esperando vê-los o mais breve possível. Um beijão todo especial para as lindinhas Maria Eduarda e Maria Luiza.

Ao Professor e amigo, Marco Aurélio Santana que, além de me introduzir ao artesanato da pesquisa científica de alto nível, me brinda com seu companheirismo e amizade. És um exemplo que sigo sem hesitar.

Aos amigos e amigas do Pré-Vestibular Machado de Assis do Morro da Providência. Precisaria de mais umas cinco páginas de agradecimentos se eu contasse apenas uma de nossas histórias. Agradeço a todas as professoras e professores por meio dos alunos e alunas, Andre Zín e Ana Carolina, Adriana Santos, Luan, Bruno França, Felipe Neves e Tayrine Conceição. Entre tiroteios e discussões sobre a constituição brasileira, minha alegria por ter caminhado com vocês é imensa. Vocês renovaram minha esperança de que um mundo melhor, justo e igualitário, é possível.

Às amigas e amigos do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Uma feliz surpresa encontra-los. Vocês têm minha mais completa admiração, não somente pela competência (incomensurável) de vocês, mas pelo carinho nos momentos de confusão e cansaço e parceria nos momentos de festa e felicidade. Ábia, Alessandro, Cecília, Felipe, Leonildes, Borel, Natasha, Rafael Broz, Rodrigo, Tamy, Talita, e Weverthon... meu mais sincero obrigado.

À Renata Barbosa Lacerda, minha mais completa tradução. Uma antropóloga provocativa e que a todo momento me inspira com sua argumentação elegante e carinhosa. Companheira querida, muito obrigado por tudo. Nas lutas e nas batalhas, sobretudo agradeço a você pelo carinho e amor.

Tem um pouquinho de todo mundo nas palavras a seguir. Se afeto escrevesse artigo, estariam todos nas referências bibliográficas. Muito obrigado.

E $\flat$ -7

A musical staff in treble clef with a key signature of one flat (B-flat). The scale is written in eighth notes, starting on B-flat and ending on B-flat. The notes are: B $\flat$ , C, D, E $\flat$ , F, G, A $\flat$ , B $\flat$ , C, D, E $\flat$ , F, G, A $\flat$ , B $\flat$ , C. A fermata is placed over the final B $\flat$  note. A fingering '17' is written below the first B $\flat$  note.

*Miles Davis*

## RESUMO

PERES, T. B. *Informalidade: um conceito em busca de uma teoria*. 2015. 70f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Diante das transformações do “mundo do trabalho”, o debate em torno do termo informalidade demandou reelaborações conceituais a fim de adequá-lo aos “novos tempos”. Inicialmente, a presente dissertação aborda as primeiras formulações sobre o termo, em especial, os conceitos de setor informal e economia informal. Em sequência, evidencia as principais críticas a essas formulações iniciais. Por último, apresenta-se três matrizes analíticas forjadas em um esforço de reelaboração e seus desdobramentos teórico-metodológicos, a saber: Processo de Informalidade e “nova informalidade”; em seguida, a abordagem que identifica as fronteiras porosas entre o legal/ilegal, formal/informal e o ilícito; e, por último, a informalidade entendida como a forma social que o trabalho assume em determinadas regiões (teóricas) da ordem social. Os respectivos conceitos são operacionalizados a partir de diferentes pesquisas empíricas. O objetivo proposto é avaliar as potencialidades analíticas de cada uma das matrizes por meio de estudos de caso que, em grande medida, se orientaram por elas, ou são simplesmente “bons para pensar”.

Palavras-chave: Setor informal. Economia informal. Informalidade.

## ABSTRACT

PERES, T. B. *Informality: a concept in search of a theory*. 2015. 70f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

In the face of the transformations of the "labor world", the debate on the term informality required conceptual re-elaborations in order to be adjusted to the "new times". Initially, the present essay addresses the first formulations about the term, specially the concepts of informal sector and informal economy. Subsequently, it sheds light on the main critiques to these initial formulations. Lastly, it presents three analytical approaches developed in an effort to re-elaborate the concepts, as well as their theoretical and methodological unfoldings, namely: Informality Process and the "new informality"; the approach that identifies the porous boundaries between the legal/illegal, formal/informal and the illicit; informality as the social form that labor takes in certain (theoretical) regions of the social order. The respective concepts are operationalized by different empirical researches. The intended aim is to evaluate the analytical potentialities of each approach through case studies, which, to a great extent, were guided by them, or are simply "good to think".

Keywords: Informal Sector. Informal Economy. Informality.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>SETOR INFORMAL, ECONOMIA INFORMAL E INFORMALIDADE: VEREDAS</b> .....	15
1.1	<b>O setor informal e os primeiros debates</b> .....	15
1.2	<b>A economia informal</b> .....	21
1.3	<b>O “quase-conceito” informalidade</b> .....	28
2	<b>A INFORMALIDADE E O ESFORÇO DE REELABORAÇÃO CONCEITUAL</b> .....	31
2.1	<b>Processo de Informalidade e “nova informalidade”</b> .....	31
2.1.1	<u>Três estudos sobre a relação entre flexibilização, precariedade e informalidade</u> .....	41
2.2	<b>Trabalho e cidade: as fronteiras do formal/informal, legal/ilegal e o ilícito</b> .....	46
2.2.1	<u>A construção de parâmetros críticos: um giro nas categorias</u> .....	46
2.2.2	<u>“Constelações situadas”: os ambulantes nos trens do Rio de Janeiro e a rota China-Brasil-Paraguai</u> .....	49
2.3	<b>Uma proposta (aposta) teórica: a informalidade como forma social do trabalho</b> .....	53
2.3.1	<u>Confiança: o “outro” como referência...</u> .....	59
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	62
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	65

## INTRODUÇÃO

A epígrafe desta pesquisa é um trecho da partitura de *So What*, música de Miles Davis que em diferentes momentos embalou a escrita desta dissertação. Para ouvintes desatentos, uma improvisação (no jazz, no baião, pouco importa) pode ser entendida como um momento de pura explosão criativa, uma performance quase natural do músico. Para ouvintes por demais atentos, o improvisado é compreendido como fruto de horas de trabalho e estudo do músico além de revelar seu conhecimento teórico e técnico. Estendendo um pouco mais, cabe lembrar que, frequentemente, um músico de jazz (ou baião, não importa) não consegue um espaço para “improvisar”, e se consegue, seu cachê pode ser uma soma abaixo do valor mínimo estipulado pela Ordem dos Músicos, ou mesmo, abaixo das suas expectativas.

Guardadas as devidas proporções, os debates sobre o termo informalidade e o olhar oferecido para a improvisação possuem algumas proximidades. Como está apontado em profundidade mais adiante, a informalidade pode ser pensada como uma resposta popular, espontânea e criativa, em sociedades onde o assalariamento é pouco generalizado. Por outro lado, também pode ser entendida como o resultado da relação entre a oferta e demanda de força de trabalho de um determinado mercado de trabalho, ou mesmo ser tratada como sinônimo de precariedade e vulnerabilidade.

O objetivo da presente dissertação de mestrado, intitulada “Informalidade: um conceito em busca de uma teoria”<sup>1</sup> é apresentar alguns dos elementos centrais dos debates em torno do termo informalidade, sua origem e desdobramentos, para, posteriormente, avaliar as potencialidade presentes nos esforços de reelaboração conceitual do termo. Dessa forma demonstra-se como e em qual contexto os primeiros conceitos – ligados à problemática da incorporação produtiva de crescentes contingentes de trabalhadores que se deslocavam para as cidades – foram forjados e as reelaborações conceituais efetuadas por diferentes pesquisadores a fim de adequar o termo às profundas transformações ocorridas naquilo que a literatura especializada convencionou denominar “mundo do trabalho”.

---

<sup>1</sup> O título inspirou-se na seguinte constatação: “Often the gap between the use of terms of heuristic value and their theoretical legitimation increases over time. Since concepts have meaning only when considered as part of defined theoretical frameworks, the notions of formality and informality have become the epitome of a pretheoretical approach. *In fact, "informal sector" has become a (pre) concept in search of a theory. This is neither good nor bad; it is merely the result of the advantages and difficulties that surround scientific endeavor.*” (PORTES; CASTELLS; BENTON, 1989, p. 78, grifo nosso).

Faz-se necessário apontar uma questão metodológica crucial. Diferentes pesquisadores definem informalidade sob várias denominações. Para o setor informal, por exemplo, pode-se assinalá-lo por conceito, termo, noção. O mesmo para a economia informal. A informalidade pode ser apontada também como conceito, termo, noção, categoria analítica, categoria de entendimento. E mais: o setor informal, novamente como exemplo, pode ser tratado como conceito (em especial pelos autores mais próximos aos primeiros debates) e posteriormente, tratado como termo, noção (particularmente pelos autores mais recentes) o que, em certa medida, já denota uma crítica à sua definição anterior. Desse modo, metodologicamente, opta-se por manter a nomenclatura atribuída pelos próprios pesquisadores ao analisar a problemática em questão. Deixa-se para pesquisas futuras as considerações mais aprofundadas em torno da sociologia (ou filosofia) do conhecimento que, por ora, não puderam ser abordadas dados os limites da presente dissertação.

O primeiro capítulo apresenta o conceito de setor informal a partir da etnografia empreendida por Hart (1973) em um bairro pobre de Accra (Gana). Sua principal preocupação é analisar as possibilidades de obtenção de renda de parte da população ganense que não se encontra nas formas de emprego assalariado fordista, típico da experiência histórica dos países centrais. Depois, aborda a ampla difusão e ampliação do conceito a partir do, por assim dizer, famoso “Relatório Quênia” levado a cabo pela Organização Internacional do Trabalho.

Neste momento, o conceito adquire um caráter descritivo, sobretudo para facilitar a identificação estatística deste setor e designá-lo como objeto de políticas públicas. O aprofundamento da globalização econômica, o “enxugamento” do Estado, as políticas de abertura econômica e o processo de reestruturação produtiva dificultaram ainda mais a difícil tarefa de identificação dos fenômenos os quais a informalidade se refere. É neste contexto que o conceito de economia informal é convencionado pela OIT como o mais adequado aos “novos tempos”, sob o *slogan* do trabalho decente.

Por último, aborda-se o diagnóstico e o prognóstico efetuado por Machado da Silva (2002) sobre o estatuto atual do conceito, ou “quase-conceito”, informalidade. Segundo o autor, menos do que a ampliação do campo semântico da noção de informalidade, estes “novos tempos” minaram os pressupostos minimamente compartilhados entre os pesquisadores dos debates anteriores. Dessa forma, o papel de mediação entre os debates acadêmicos e a intervenção prática desempenhado pela noção se esgotou. Esvaziada de substância analítica, informalidade tornou-se um mero termo do léxico sociológico.

O segundo capítulo demonstra como alguns pesquisadores empreenderam um esforço significativo de reelaboração conceitual do termo. Desse esforço, selecionou-se três matrizes analíticas. Os conceitos presentes no interior de cada matriz serão operacionalizados a partir de pesquisas empíricas cujo objetivo é avaliar as potencialidades analíticas de cada um deles para a construção de categorias de entendimento que permitam superar os elementos presentes no diagnóstico acima. Um desses esforços é analisado por meio dos conceitos de Processo de Informalidade e “nova informalidade”. Em seguida apresenta-se a abordagem que aponta as fronteiras porosas do formal/informal, legal/ilegal e do ilícito. A terceira e última matriz analítica abordada compreende a informalidade como uma das múltiplas formas sociais que o trabalho pode assumir em determinadas regiões (teóricas) da ordem social.

## 1 SETOR INFORMAL, ECONOMIA INFORMAL E INFORMALIDADE: VEREDAS

O presente capítulo apresenta os conceitos de setor informal, economia informal e informalidade e os debates suscitados em torno de cada um deles. O propósito é demonstrar como e em qual contexto os respectivos conceitos foram forjados.

Na primeira seção, aborda-se o conceito de setor informal, cuja origem convencionou-se datar do início dos anos 1970, a propósito dos problemas ligados à incorporação produtiva de crescentes contingentes de trabalhadores que se deslocavam para as cidades. O conceito de economia informal emerge, sobretudo, como uma tentativa de apreender a nova dinâmica do mercado de trabalho identificada em diferentes partes do mundo. Esse debate será apresentado na segunda seção. A última seção demonstra, a partir do diagnóstico de Machado da Silva (2002), como, gradativamente, o relativo consenso em torno do conteúdo dos dois conceitos supracitados se esvazia ao ponto de “informalidade” se tornar um mero termo do léxico sociológico – perdendo o seu principal papel de mediador entre a reflexão acadêmica e a intervenção prática.

Cabe mencionar que o termo “informal” é assinalado sob várias denominações. Para os fins da presente dissertação, segue-se a orientação presente em Vianna (2006) de manter a nomenclatura atribuída pelos próprios autores ao analisar a problemática em questão.

### 1.1 O setor informal e os primeiros debates

A literatura especializada sobre a informalidade convencionou<sup>2</sup> associar a origem do termo setor informal à Hart, antropólogo inglês que pesquisou as oportunidades de renda e o emprego urbano em Gana. Nos estudos do referido autor, o setor informal demonstra como a

---

2 Entretanto, como aponta Cacciamali, “a rigor, a dissertação de Machado, L. A. (1971) utilizou paralelamente a Hart esta terminologia; contudo, pelo meio restrito em que circulou não se lhe atribui, em geral, a primazia da definição” (CACCIAMALI, 1982: 14). Pelo fato desta seção ter como objetivo apontar as origens do termo setor informal e, posteriormente, assinalar sua ampla difusão por meio dos estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), não será possível aprofundar, neste momento, nas significativas contribuições de Machado da Silva (1971), embora seus referenciais teóricos estejam presentes na matriz analítica apresentada no segundo capítulo da presente dissertação, em especial a subseção 2.3.

camada mais pobre da população do país – os *urban sub-proletariat*<sup>3</sup> (HART, 1973, p.61) – obtém seus rendimentos através de atividades econômicas fora do alcance das instâncias formais de regulação. Na etnografia empreendida pelo autor em um bairro pobre de Accra (Gana), o setor informal não era previamente definido e tratado como independente dos outros setores, mas, sobretudo, compreendido a partir das possibilidades de obtenção de renda por meio da análise de pessoas e de grupos domésticos.

Em linhas gerais, a investigação descreve as fontes potenciais de renda em uma estrutura produtiva incapaz de absorver o contingente populacional que migrava do campo para cidade. Para compreender essa realidade, o antropólogo classifica as potenciais fontes de renda em: setor formal, um ambiente onde a renda é obtida através de fontes regulamentadas pelo Estado – salários, aposentadoria, pensões, subsídios; e o setor informal, o qual agrega as possibilidades de obtenção de renda informais. Essas podem ser classificadas ainda como legítimas ou ilegítimas.

As fontes potenciais de renda informais e legítimas abarcam, entre outras: agricultores; artesãos independentes; pequenos comerciantes; ambulantes; transportadores (*kayakaya*); trabalhadores de manutenção; serviços rituais, mágicos e medicinais; transferências privadas de pagamentos, como presentes e fluxos similares de dinheiro e de bens entre pessoas, empréstimos e mendicância (HART, 1973, p. 69). As atividades informais e ilegítimas incluem os receptores de bens roubados, a usura, a prostituição, o contrabando, o suborno, o furto, os jogos de azar etc.

This list is by no means exhaustive, but it serves to illustrate the range of income opportunities widely available to the urban sub-proletariat living in areas such as Nima. There are two ways of looking at these activities: first, from the perspective of individuals, as potential sources of income; and, secondly, from the aggregate perspective of total income and expenditure flows in the urban economy. (HART, 1973, p.69)<sup>4</sup>.

Em outras palavras, a classificação proposta pode ainda ser construída tanto por meio das possibilidades de renda obtidas individualmente ou agregando-se os fluxos de renda e de despesas. Como Barbosa (2011) aponta, a preocupação do antropólogo é criticar as teses sobre

---

<sup>3</sup> O trecho correspondente na tradução é “o sub-proletariado urbano”.

<sup>4</sup> O trecho correspondente na tradução é: “Essa lista não é de forma alguma exaustiva, mas serve para ilustrar a gama de oportunidades de renda largamente disponível para o sub-proletariado urbano que reside em áreas como Nima. Há duas formas de considerar essas atividades: primeiramente, pela perspectiva dos indivíduos enquanto fontes potenciais de renda; e, em segundo lugar, pela perspectiva agregada de fluxos totais de renda e de despesas na economia urbana.”.

a ausência de barreiras para o ingresso nas atividades informais<sup>5</sup>. Dessa forma, Hart entende que o trabalho informal é inteiramente inscrito nas redes sociais, com nichos de mercado pertencentes a determinadas etnias, por exemplo<sup>6</sup>. Por outro lado, as relações de confiança também são necessárias no setor formal, pois uma de suas portas de entrada se realiza via recrutamento.

De acordo com Calixtre (2011), o antropólogo relaciona as potenciais fontes de renda informais à incerteza do processo desigual de expansão do capitalismo no país, resultado da confluência entre as tradições e o mercado de trabalho desorganizado presente em Gana. Compreende o setor informal, portanto, “como uma força autônoma e criativa da sociedade ganense” (idem, p. 17), na qual valores tradicionais impedem a realização de uma sociedade plenamente centralizada no trabalho regulado pelas instâncias formais. Assim sendo, há uma interdependência entre as possibilidades de renda formais e informais, traduzida na permanência dos valores tradicionais com a expansão do capitalismo – o qual, ao invés de superá-los, mescla-se a esses valores, permitindo múltiplas formas de configuração. Na síntese de Barbosa:

Do ponto de vista do indivíduo, parece existir uma preferência pela diversidade de fontes de renda, sendo o emprego assalariado visto como um antídoto contra a insegurança, e não em oposição ao trabalho informal. O trabalho informal – que funciona quase como imã para boa parte dos indivíduos – atua como atenuador do desemprego, fornecendo possibilidades de renda, mesmo que irregulares. Mas, conclui Hart, a pobreza não parece ser privilégio destas atividades, atingindo também parcela importante dos assalariados. [...] A originalidade do seu enfoque vem à luz quando Hart se questiona em que medida o “setor” informal deveria ser visto como um problema em si, ou seja, como um traço negativo dos países subdesenvolvidos. [...] Portanto Hart supera a “concepção ocidentalista”, tão encontrada nos esquemas evolucionistas e lineares mais preocupados com a “mudança no sistema” (BARBOSA, 2011, p. 112-113).

Cabe assinalar que ampla difusão do termo setor informal ocorreu por conta de sua adoção no relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no âmbito do Programa

---

5 A etnografia empreendida por Hart é costuma ser lembrada como a pesquisa que ofereceu os fundamentos teóricos iniciais para os posteriores relatórios da OIT. As complexidades do texto, não raro, são reduzidas, enfatizando-se apenas os problemas do modelo dualista proposto pelo autor. Atualmente, alguns autores (BARBOSA, 2011; CALIXTRE, 2011; CARDOSO, 2014; CUNHA, 2006; entre outros) vem lançando um olhar mais dedicado a essa pesquisa. É a esse olhar que o presente texto irá se dedicar, pois será de relativa importância no capítulo dois da presente dissertação.

6 Segundo Machado da Silva (1971), nos mercados formais as redes sociais (os “contatos sociais”, conforme a categoria analítica do autor) permitem a obtenção de um emprego, enquanto nos mercados não-formais, a sociabilidade é condição sem a qual não há: “os biscateiros dependem fortemente da personificação das relações de trabalho, [...] significativas em qualquer caso, mas [que] afetam mais profundamente as situações em que a ‘confiança interpessoal’ é fator básico.” (MACHADO DA SILVA, 1971, p.77).

Mundial de Emprego do *Bureau International du Travail* (BIT), sobre a estrutura produtiva e do emprego no Quênia no início da década de 1970 (INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION, 1972). Um dos seus propósitos (teórico-acadêmicos) era responder às questões suscitadas pelas teorias da modernização, as quais argumentavam que o segmento moderno da economia absorveria o setor tradicional tal “como a locomotiva fez com o carrinho de mão” (HUGON, 1997, p. 33). As pesquisas no âmbito da OIT, pelo contrário, demonstravam uma coexistência de tecnologias e de unidades de produção em escalas e modos de organização distintos.

Entre as décadas de 1960 e 1970, algumas análises se debruçaram sobre a questão do desemprego aparente ou disfarçado não ter aumentado apesar da velocidade do êxodo rural. Dessa forma, era preciso mostrar como os “desempregados” subsistiam na cidades. As explicações para esse problema, por meio do parasitismo (um trabalhador mantém vários não trabalhadores), ou pelas migrações campo-cidade se provaram inconsistentes. A contribuição das pesquisas no âmbito do Programa supracitado foi demonstrar a existência de um setor que absorvia esses migrantes, gerava fontes de renda e a circulação de fluxos financeiros nas cidades. Com isso, as perspectivas de análise se inverteram, pois ao setor considerado atrasado (agora denominado informal) é atribuído um papel positivo, passando a ser estudado em seu dinamismo e heterogeneidade. Na esclarecedora síntese de Machado da Silva (2002):

[...] a “teoria da modernização” sublinhava que o baixo nível de capitalização dos países desenvolvidos desequilibrava a estrutura do emprego urbano. Essa era vista como uma situação transitória, caracterizando uma espécie de pré-incorporação ao trabalho assalariado dos contingentes migrantes, cujas atitudes e modos de vida ainda não eram adequados aos padrões moderno-industriais, mas também já não eram inteiramente tradicionais. Um pouco mais tarde, as dificuldades do processo de substituição de importações produziram uma versão menos otimista que, no entanto, utilizava o mesmo quadro de referência e se concentrava nos mesmos problemas. Tratava-se da “teoria da marginalidade”, que enfatizava as consequências, sobre a estratificação social, das dificuldades de superação dos desequilíbrios estruturais identificados. [...] De outro lado, a crítica marxista insistia na contradição inerente ao desenvolvimento da acumulação capitalista que gera seu próprio excedente de trabalho e, ao mesmo tempo, nele se baseia, procurando contrapor-se à perspectiva dualista e ao caráter contingente que essa conferia ao “setor informal”, em uma primeira tentativa de reunificar a análise da evolução da estrutura social. De início essa reação se formula no quadro da “teoria da dependência” ainda claramente marcada pelo dualismo que visava superar. (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 85-86).

Diferentes pesquisadores já realizaram revisões bibliográficas sobre os debates em torno do setor informal e também sobre a “teoria da marginalidade” (ALVEZ, 2001; LAPAPI, 1990; HUGON, 1997; MACHADO DA SILVA, 1983; TOKMAN, 1987, 2011; entre muitos outros),

de modo que abordar-se-á apenas os elementos centrais desses debates. Em linhas gerais, a problemática em questão era a relação entre as atividades tipicamente não-capitalistas com o conjunto da economia, cuja ideia subjacente aos argumentos era que o percurso típico das sociedades capitalistas (urbanização / industrialização / assalariamento / pleno emprego) seria o destino, cedo ou tarde, das “outras” economias. Em outras palavras, o setor informal tenderia a desaparecer. Como comenta Azis (2012, p. 169-174), o propósito desses pesquisadores era enfatizar que existia uma funcionalidade entre o formal e o informal e que ambos eram intrínsecos à expansão das relações capitalistas nestas localidades. Os pesquisadores que investigaram o denominado setor informal empenharam-se em defini-lo estabelecendo critérios e usando diversos conceitos: “exército industrial de reserva” (Nun, 1969), “crítica à razão dualista” (Oliveira, 1972), “marginalidade urbana” (Kowarick, 1975), entre outros. Em linhas gerais, segundo Cortes (2012),

“Las Teorías de la Marginalidad recibieron un fuerte cuestionamiento en la aplicación de sus hipótesis en el mundo empírico por parte de diversos autores. Una serie de investigaciones mostraron que las premisas de la marginalidad no tenían sustento, pues, la pobreza urbana se mostraba más heterogénea de lo que anunciaba la imagen de “masa marginal”, además de mostrar que los “marginados” tenían otras fuentes de integración a la ciudad: trabajo, sindicatos, religión, educación de los hijos, etc. [...] A comienzos de la década de los 80, Machado da Silva (1983) ya llamaba la atención para el hecho de que, a pesar de que la mayoría de los científicos sociales consideraban que la Teoría de la Marginalidad estaba muerta y enterrada, en la práctica continuaba viva, pues el modelo que la corporificaba aún era usado en las políticas sociales y en los discursos de actores políticos y medios de comunicación; al mismo tiempo, continuaba insepulta, ya que el mundo académico aún no había completado la tarea de reordenamiento sistemático del problema.”<sup>7</sup> (CORTES, 2012, p. 231).

Entretanto, em que pesem os debates supramencionados, é a partir das considerações tecidas por Hart que o referido Relatório (ILO, 1972) estabelece os critérios para a definição do setor informal, a saber: a) facilidade de acesso às atividades; b) o acesso aos recursos locais; c) a condição da propriedade familiar das empresas; d) a escala restrita das operações; e) técnicas

---

<sup>7</sup> O trecho correspondente na tradução é: “As Teorias da Marginalidade receberam um forte questionamento na aplicação de suas hipóteses no mundo empírico por parte de diversos autores. Uma série de pesquisas mostraram que as suas premissas no tinham sustentação, pois, a pobreza urbana se mostrava mais heterogênea do que a imagem da ‘massa marginal’, além de mostrar que os ‘marginais’ teriam outras formas de integrarem-se à cidade: pelo trabalho, sindicatos, religião, educação dos filhos, etc. [...]. Em meado dos anos 1980, Machado da Silva (1983) já chamava a atenção para o fato de que, apesar da maioria dos cientistas sociais considerarem que a Teoria da Marginalidade estava morta e enterrada, na prática, continuava viva, pois o modelo que a corporificava ainda era usado nas políticas sociais e nos discursos dos atores políticos e meios de comunicação; ao mesmo tempo, continuava insepulta já que o mundo acadêmico ainda não havia completado a tarefa de reordenamento sistemático do problema”.

com forte intensidade de mão de obra; f) as qualificações que se adquirem fora do sistema escolar oficial; g) os mercados que escapam a qualquer regulação e que estão abertos à concorrência. Desse modo, a partir do relatório da OIT, o termo setor informal adquire um caráter descritivo, referindo-se, sobretudo, a unidades de produção com as características técnicas supracitadas e à escassa regulamentação. Como observa Cacciamali (1983), os trabalhadores autônomos, por conta própria ou independentes, “eram considerados como estabelecimentos e incluídos no setor informal; este também era o caso, em geral das atividades e estabelecimentos não reconhecidos juridicamente” (idem, 1983, p. 16, nota de rodapé). Em que pese a análise do antropólogo ser muito “mais complexa e multidimensional” (CARDOSO, 2014, p. 13), a opção da OIT por essa definição descritiva se deve ao fato de o termo setor informal poder ser “com menor dificuldade, identificado estatisticamente, contabilizado e designado como objecto de políticas económicas.” (CUNHA, 2006).

No final dos anos 1960, o *Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe* (PREALC) foi criado pela OIT para integrar o supramencionado Programa Mundial do Emprego. Os pesquisadores do PREALC produziram investigações significativas sobre o desenvolvimento econômico na América Latina e Caribe, cuja prerrogativa era propor estratégias para a geração de empregos e a elevação dos salários (KREIN; PRONI, 2010). Essas investigações foram influenciadas, sobretudo, pelas teses difundidas pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), cujos debates sobre a marginalidade ocorriam em paralelo aos debates da OIT. Em linhas gerais, as questões suscitadas pelas teses cepalinas podem ser resumidas da seguinte forma: nos países atrasados ou subdesenvolvidos, o crescimento econômico não era suficiente para 1) universalizar as relações de assalariamento; 2) estruturar um mercado de trabalho homogêneo; 3) elevar os salários de modo a reduzir a pobreza e a marginalidade social de grande parte da população latino-americana. Postulava-se, assim, uma forte correlação entre a forma de inserção no mercado de trabalho e a pobreza.

## 1.2 A Economia informal

Como foi apontado acima, a difusão do conceito informal no léxico acadêmico ocorre a partir do Relatório da OIT, em 1972, relacionando-se as atividades do setor com as possibilidades de obtenção de renda para a sobrevivência. A incorporação do conceito na América Latina foi relativamente influenciado pelos estudos promovidos pela CEPAL, que, em linhas gerais, entende o setor informal “como resultado de la presión ejercida por el excedente de oferta de mano de obra y la insuficiente creación de empleo, en particular de buenos empleos.”<sup>8</sup> (TOKMAN, 2011, p. 18). Como sintetizam Tokman e Souza (1976), as pessoas são impelidas a encontrar ou criar atividades, em geral, vendendo produtos ou produzindo com produtividade e rendimentos baixos, a fim de garantirem sua sobrevivência. Essas atividades: são de fácil entrada; exigem pouco capital e qualificações; possuem um mínimo de hierarquias com o empregador, não raro, atuando também como trabalhador; familiares sem remuneração; e assalariados sem contrato de trabalho. Assim, trata-se de uma forma de produção vulnerável e com baixa produtividade, mas que constitui uma boa opção para aproveitar o capital disponível e obter alguma renda:

En ambas perspectivas señaladas, la unidad de análisis es la productiva, pero se reconocen relaciones con el resto de la economía y segmentación en el mercado de trabajo. Las primeras se observan en directo mediante ventas de bienes y, en particular, servicios e, incluso, por subcontratación. La segmentación en el mercado de trabajo resulta en movilidad restringida y diferenciales de salarios intersectoriales, aun para trabajadores con una dotación de capital humano similar.<sup>9</sup> (TOKMAN, 2011, p. 18).

Como aponta o autor, até o final da década de 1970 e ao longo dos 1980, algumas interpretações adquirem maior difusão ao vincularem o setor informal às necessidades de aumentar as margens de lucro das grandes empresas. Isso foi obtido, sobretudo, pela descentralização da produção e do trabalho. Desse modo, as formas de subcontratação remodeladas produziram uma gama de relações subordinadas – desde os subcontratos diretos às atividades supostamente desenvolvidas de forma autônoma –, mas que, na prática, cumprem

---

<sup>8</sup> O trecho correspondente na tradução é: “como resultado da pressão exercida pelo excedente de oferta de mão de obra e a insuficiente criação de emprego, em particular, de bons empregos”.

<sup>9</sup> O trecho correspondente na tradução é: “Em ambas as perspectivas assinaladas, a unidade de análise é a produção, porém, se reconhecem relações com o resto da economia e a segmentação no mercado de trabalho. As primeiras se observam mediante a venda de bens e, em particular, serviços e, até mesmo, a subcontratação. A segmentação do mercado de trabalho resulta em mobilidade restringida e diferenças salariais entre setores, ainda que para trabalhadores com uma dotação de capital humano similar”.

o papel fundamental de reduzir o custo da mão-de-obra. Essas novas formas de vinculação entre as empresas formais e informais é resultado da necessidade de descentralizar a produção a fim de adequarem-se às mudanças no interior da divisão internacional do trabalho e às exigências de um mundo cada vez mais globalizado:

The cash economy is expanding in the microeconomic realm, while barter is becoming a crucial feature of international exchange. New legions of would-be workers are entering a casual labor market, where a new breed of entrepreneurship is on the make. The informal economy simultaneously encompasses flexibility and exploitation, productivity and abuse, aggressive entrepreneurs and defenseless workers, libertarianism and greediness. And, above all, there is disenfranchisement of the institutionalized power conquered by labor, with much suffering, in a two-century-old struggle.<sup>10</sup> (PORTES; CASTELLS; BENTON, 1989, p. 11).

Portanto, para estes autores, o setor informal passa a representar uma dupla função: a deterioração do poder sindical por parte dos trabalhadores; e a redução de custos por parte das empresas. Também lhe é conferido um caráter mais universal, pois a literatura compreende que esse “setor” existe tanto no interior dos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos, além de facilitar a penetração nos mercados internacionais mediante “el desarrollo de ventajas comparativas espúrias” (TOKMAN, 2011, p. 19).

No mesmo período, outra interpretação adquiriu certa notoriedade ao apontar que a informalidade é, principalmente, resultado do excesso de regulamentação estatal. De matriz liberal (CORTEZ, 2003, p. 597), Hernando De Soto (1986) analisa as mudanças da cidade peruana a partir da história do movimento de migração ocorrido no interior do Peru. Seu objetivo central é demonstrar que o motor da modernização não é a formalização das atividades informais, pelo contrário: a formalização (leia-se excesso de Estado) restringiria a expansão produtiva das atividades informais.

Segundo esse autor, a migração de grupos que foram historicamente isolados inverteu o predomínio rural da população em favor dos centros urbanos. Esses deslocamentos ocorreram principalmente em decorrência: da construção de estradas; do desenvolvimento posterior de outros meios de comunicação; de uma crise no campo e da expulsão de peões devido à queda na venda de açúcar e algodão com a guerra; da menor mortalidade infantil em Lima; da

---

<sup>10</sup> O trecho correspondente na tradução é: “a economia monetária está se expandindo na esfera microeconômica, enquanto o escambo está se tornando uma característica crucial do intercâmbio internacional. Novas legiões de pretensos trabalhadores estão entrando em um mercado de trabalho casual, onde uma nova geração de empreendedores está sendo produzida. A economia informal engloba simultaneamente flexibilidade e exploração, a produtividade e os abusos, os empresários agressivos e trabalhadores indefesos, libertarianismo e ganância. E, acima de tudo, não há privação do poder institucionalizado conquistado pelo trabalho, com muito sofrimento, em dois séculos de luta.”.

possibilidade de uma remuneração melhor, apesar dos riscos relativos de desemprego; do crescimento da administração pública e a possibilidade de ascender a níveis educativos mais altos. Todos esses fatores sugerem que a migração não é um ato irracional ou instintivo, mas um produto da valorização racional de possibilidades feitas pelos camponeses.

Contudo, ao chegarem à cidade, os migrantes encontram uma recepção hostil, pois os programas de assistência e desenvolvimento eram basicamente voltados ao progresso do camponês em seu próprio território – negando-lhe o acesso e a permanência na cidade. A institucionalização legal vigente também se constituiu em uma barreira para os migrantes: na cidade, eles perceberam que não poderiam incorporar-se às atividades sociais e econômicas estabelecidas legalmente e lhes era sumamente difícil ascender formalmente à habitação, educação e, especialmente, à empresa e ao trabalho. Ocorria que as instituições legais haviam sido criadas ao longo do tempo para satisfazer as necessidades e apoiar as prerrogativas de certos grupos predominantes das cidades e para isolar geograficamente os camponeses no âmbito rural. Entretanto, com o estabelecimento desses na cidade, a lei começou a ser desafiada e a perder a vigência social. Foi dessa maneira que, para subsistir, os migrantes se converteram em informais. A noção de informalidade forjada pelo autor é, sobretudo,

una categoria creada em base a la observación empírica del fenómeno. Non son informales los individuos sino sus hechos y actividades. La informalidad no es tampoco un sector preciso ni estático de la sociedad, sino una zona de penumbra que tiene una larga frontera con el mundo legal y donde los individuos se refugian cuando los costos de cumplir las leyes exceden a sus beneficios<sup>11</sup> (SOTO, 1986, p. 12-13).

E continua o autor, também são informais as atividades para as quais o Estado criou um sistema legal de exceção através do qual pessoas investidas em práticas informais podem desenvolver suas atividades ainda que sem obter um status legal equivalente ao daqueles que gozam da proteção e dos benefícios do sistema legal peruano. Embora as migrações internas, o desemprego e os baixos salários sejam os elementos constitutivos e históricos da informalidade, eles não são capazes de explicar, sozinhos ou em conjunto, por que alguns indivíduos optam por atuar à margem da formalidade e outros não. A explicação reside, para o autor, nos altos custos envolvidos e a morosidade da burocracia.

---

<sup>11</sup> O trecho correspondente na tradução é: “uma categoria criada com base na observação empírica do fenômeno. Não indivíduos são informais, mas suas atividades. A informalidade não é um setor preciso ou estático da sociedade, mas uma zona de melancolia que tem uma longa fronteira com o mundo jurídico e onde os indivíduos se refugiam quando os custos de cumprir as leis excedem seus benefícios”.

Nos termos supracitados, o centro da análise pode ser resumido da seguinte forma: os atores sociais agem racionalmente, escolhendo o caminho menos oneroso para obter um determinado fim. A formalidade envolve custos excessivamente elevados e os trâmites são longos e dispendiosos, impedindo assim o acesso de setores populares à legalização de pequenos negócios e de moradias irregulares. Com acesso limitado aos meios legais de moradia e trabalho, as classes populares são impelidas às atividades extraleais. Porém, o sistema alternativo também acarreta uma série de custos de acesso e manutenção. O primeiro custo relacionado à informalidade é a tentativa dos atores de evitar sanções legais de suas atividades extraleais. À vista disso, o processo produtivo é disperso por diversas oficinas, aonde não é possível fazer propaganda das mercadorias produzidas e há pagamento constante de subornos às autoridades e órgãos de fiscalização. Perante a impossibilidade de participar dos meios legais e de obter garantias formais, o sistema informal (re)cria redes de contatos e de confiança tendo em vista a minimização dos riscos que envolvem as transações comerciais. Apesar de reduzir as perdas, essas redes têm impacto sobre o acesso a diferentes insumos, limitam o número de fornecedores e diminuem a produtividade das pequenas empresas. Não à toa, sentencia: “los informales operaban al margen de la ley sino también la verdadera transcendencia de la normatividad extralegal<sup>12</sup>.” (SOTO, 1986, p. 195).

Embora o modelo proposto pelo autor seja astuto, seu principal ponto fraco consiste em reduzir<sup>13</sup> a complexidade da problemática em questão para apenas um elemento: o excesso de Estado. Como resume Barbosa (2009), desde o começo “[...] a solução do enredo já se sabe de antemão. O supostamente ilegal deve substituir o falso legal, de forma a que o informal preencha o lugar do formal.” (idem, p. 26). Ou nas palavras de Llosa: “El problema no es la economía informal sino el Estado. Aquella es, mas bien, una respuesta popular espontanea y creativa ante la incapacidad estatal para satisfacer las aspiraciones mas elementales de los pobres.”<sup>14</sup> (LLOSA, 1986, p. 20).

Além de desprezar as tradições estruturalistas do pensamento latino-americano, essa abordagem desconhece a heterogeneidade estrutural, a divisão internacional do trabalho ou a modernização periférica. Soto interpreta a informalidade como uma escolha racional,

---

<sup>12</sup> O trecho correspondente na tradução é: “trabalhadores informais operavam à margem da lei, e também operavam uma verdadeira transcendência da normatividade extralegal”.

<sup>13</sup> Esta “redução da complexidade” não é arbitrária, pelo contrário. É para o argumento “caber” na sua orientação política, como se evidenciará a seguir.

<sup>14</sup> O trecho correspondente na tradução é: “O problema não é a economia informal, mas o Estado. A economia informal é uma resposta popular, espontânea e criativa perante a incapacidade estatal para satisfazer as aspirações mais elementares dos pobres”.

propiciada pela maior flexibilidade, ou a preferência de parte da população pelo risco, em especial àqueles dotados de menor capital humano. (BARBOSA, 2009, p. 28). Na crítica de Gonzáles (1991), o modelo proposto trata as atividades informais como expressão de um suposto espírito empresarial impedido de se realizar plenamente por conta do intervencionismo estatal:

A partir de esta premissa De Soto elabora su sugerente y explícito programa de introducir a los informales como el renglón estratégico de ese “empresariado difundido” que sería la base del desarrollo Latinoamericano. Subyaciendo a su propuesta encontramos otro programa que no aparece explícitamente pero que él comparte con toda la nueva derecha. “El programa no escrito de la nueva derecha – dice Lauer – incluye la exigencia de que se reconozca que la esencia de la naturaleza humana es el egoísmo individualista, que los sectores menos humanistas de la burguesía llaman ‘libertad’ en abstracto”. Subyaciendo, pues, encontramos la tesis del individualismo posesivo como la base de su “otro” Sendero. Sin embargo, lo que De Soto no logra enfocar, dados los lentes teóricos con que se enfrenta al problema, es que la manifestación de la “espontánea” iniciativa empresarial y la lógica de acumulación que ella supone, no son ni lo único, ni lo representativo de la informalidad. Lo que, aún ambiguamente, se ha denominado Sector informal no representa en lo fundamental el despliegue de un supuesto espíritu empresarial, mucho menos de aquel que se identifica con la iniciativa privada capitalista. Nada más alejado de la realidad. Algo de esto podría haber, pero ello es más la excepción, no la regla.<sup>15</sup> (GONZÁLES, 1991, p. 247).

O cerne da proposta de Soto e do Instituto Libertad y Democracia (ILD), do qual era o principal expoente, não poderia ser diferente: transformar radicalmente o Estado, diminuir seu peso na economia para libertar as forças criativas e dinâmicas da sociedade peruana. Impossível não situar o estudo empreendido como uma solução que se adequava perfeitamente aos interesses das organizações internacionais e elites econômicas latino-americanas em um contexto de ajustes estruturais e aumento do trabalho informal: “Em uma palavra, o informal passava agora a ser funcional também ideologicamente.” (BARBOSA, 2009, p. 27).

Nos anos 1990, as questões ligadas à informalidade são debatidas no interior da OIT na 78ª Conferência Internacional do Trabalho, fortemente marcada por estes diferentes

---

<sup>15</sup> A trecho correspondente na tradução é: “A partir desta premissa De Soto faz o seu programa sugestivo e explícito de introduzir os informais como a linha estratégica da “disseminação do empreendedorismo” como base do desenvolvimento da América Latina. Subjacente a sua proposta encontra-se um outro programa que não aparece explicitamente, mas ele compartilha com toda a nova direita. “O programa não escrito pela Nova Direita - diz Lauer - incluindo a exigência de reconhecer que a essência da natureza humana é o egoísmo individualista, o que os setores menos humanistas da burguesia chamam ‘liberdade’ em abstrato”. Subjacente, portanto, encontra-se a teoria do individualismo possessivo como base de seu “outro” Sendero. Mas o que De Soto não consegue enfocar, dado o dada as lentes teóricas com as quais enfrenta o problema, é que a manifestação “espontânea” da iniciativa empresarial e a lógica de acumulação que ela pressupõe, não são nem o único, e nem representante da informalidade. Assim, mesmo o que de forma ambígua chama de setor informal, não representa essencialmente a implantação de um suposto espírito empresarial, muito menos aquele identificado com a iniciativa privada capitalista. Nada poderia estar mais longe da realidade. Algumas dessas observações até poderiam existir, mas seriam a exceção, e não a regra.”

posicionamentos, no plano teórico e no plano ideológico. Esses debates podem ser resumidos a partir do dilema entre: a) adotar políticas para a eliminação gradual do conjunto heterogêneo de atividades que integram a informalidade e b) a proposição de estratégias a fim de valorizar o potencial de geração de ocupação e renda dessas atividades. É esse dilema que explicita a presença de uma disputa entre as formulações que apontam ser imprescindível a integração do setor informal ao processo de modernização econômica e as que destacavam a necessidade de estender as políticas de proteção para a população ocupada no setor informal. A solução da OIT foi uma proposta conciliadora: o apoio ao setor está condicionado à superação das situações de exploração extremas e condições de trabalho desumanas.

Na 15ª International Conference of Labour Statisticians, de 1993, a OIT empreende um esforço de elaborar uma definição consensual sobre o setor informal e de estabelecer critérios de mensuração capazes de serem adotados por diferentes países. Opta-se por adotar o critério instituído em 1991: unidades econômicas informais são os empreendimentos unipessoais ou familiares e microempresas com trabalho assalariado. (KREIN; PRONI, 2010).

Entretanto, ao longo dos anos 1990, as discordâncias em relação à generalização do conceito persistiam. Com o aprofundamento da globalização econômica, a elevação da insegurança nos mercados de trabalho e o aumento da desigualdade social, diferentes expressões da informalidade se expandiam pelo mundo e ampliava-se a diversidade e a heterogeneidade das atividades informais. Embora um consenso ainda estivesse distante, a literatura sobre o assunto no período destaca cada vez mais a importância do setor informal na geração de renda para uma parte significativa da população. (DEDECCA, 1990; BARBOSA, 2011; OLIVEIRA, 2005; entre outros). Com isso, a OIT viu-se impelida a reconsiderar sua definição de modo a torná-la mais condizente com os diagnósticos supracitados.

Em 2002, na 90ª Conferência Internacional do Trabalho, foi adotada uma abordagem mais ampla, reconhecendo-se a importância social e política daquelas atividades. A principal novidade foi a mudança conceitual: passou-se a utilizar o termo *economia informal*, procurando assim englobar toda a diversidade e dinamismo encontrados neste universo complexo e heterogêneo. Ao contrário de dois setores distintos, já havia sido constatado que, na maioria dos países, há distintos graus de formalização na estrutura econômica, variando da absoluta informalidade à total formalidade. Neste sentido, o objetivo das políticas públicas deveria passar a ser a promoção do *trabalho decente* ao longo do gradiente de situações encontradas no mundo do trabalho por meio de medidas orientadas para o desenvolvimento econômico, a redução da pobreza e o combate à discriminação. Tal conceito mais abrangente contempla, do ponto de vista metodológico, tanto o critério de “unidade produtiva” como o de “ocupação”. Seu âmbito se ampliou e passou a incluir as seguintes categorias: a) trabalhadores independentes típicos (microempresa familiar, trabalhador em cooperativa, trabalhador autônomo em domicílio); b) “falsos” autônomos (trabalhador terceirizado subcontratado, trabalho em domicílio, trabalhador em falsa cooperativa, falsos

voluntários do terceiro setor); c) trabalhadores dependentes “flexíveis” e/ou “atípicos” (assalariados de microempresas, trabalhador em tempo parcial, emprego temporário ou por tempo determinado, trabalhador doméstico, “teletrabalhadores”); d) microempregadores; e) produtores para o autoconsumo; e f) trabalhadores voluntários do “terceiro setor” e da economia solidária. (KREIN; PRONI, 2010, p.12, grifos dos autores).

Essa mudança para o novo conceito é, sobretudo, uma tentativa de apreender a nova dinâmica do mercado de trabalho identificada em diferentes partes do mundo. Incorpora-se assim uma grande diversidade de relações de trabalho à denominada economia informal. De acordo com Barbosa, a proposta convencionada pela OIT fortalece a aproximação entre informalidade e ilegalidade – herança dos debates dos anos 1980 –, permitindo maior precisão empírica, porém, correndo o risco de aumentar o seu grau de “inespecificidade” (idem, 2009, p. 30). Isso porque aos empregos considerados tipicamente informais de empresas informais se somaram os empregos informais comumente constituídos por trabalhadores não registrados e temporários das médias e grandes empresas. Ou seja, a economia informal passa a agregar todas as formas de trabalho remunerado que não estão plenamente reguladas pela legislação social e trabalhista, assim como o trabalho não remunerado em atividades que gerem renda:

No existe una clara dicotomía o división entre la “economía informal” y la “economía formal”. Lo que ocurra en la economía informal repercutirá en los trabajadores y los empleadores de la economía formal, y viceversa. [...] Por consiguiente, conviene adoptar la perspectiva de que *las empresas y los trabajadores formales e informales coexisten en un continuo económico en el que los déficit de trabajo decente más graves se producen en el extremo inferior* (aunque existen también en algunos trabajos formales) y en el que las condiciones de trabajo son más decentes a medida que se asciende hacia el extremo formal.<sup>16</sup> (OIT, 2012: p. 5. Grifos do autor).

Para Barbosa (2011), a nova abordagem convencionada pela OIT, a qual dá ênfase à ilegalidade e à precariedade das atividades informais, vem acompanhada de alguns riscos, em especial: perder, na análise, o caráter estrutural da informalidade; obscurecer a heterogeneidade de inserções econômicas e sociais que caracterizam essas atividades; ignorar as relações entre as várias economias formais e informais. Entretanto, esse esforço teórico, motivado pelo *slogan* trabalho decente, não deve ser antecipadamente desqualificado. Ele permite demonstrar que a degradação das condições de trabalho não é um atributo exclusivo do setor informal (ou, nesse

---

<sup>16</sup> O trecho correspondente na tradução é: “Não existe uma dicotomia ou divisão clara entre a “economia informal” e a “economia formal”. O que ocorre na economia informal repercutirá nos trabalhadores e nos empregadores da economia formal e vice-versa. Por conseguinte, convém adotar a perspectiva de que as empresas e os trabalhadores formais e informais coexistem em um contínuo econômico em que os déficits de trabalho decente mais graves se produzem no extremo inferior (ainda que existam também em alguns trabalhos formais) e nas que as condições de trabalho são mais decentes a medida que ascende para o extremo formal”.

caso, da economia informal), o que é evidenciado, sobretudo, pelas novas formas de precarização/flexibilização/terceirização tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos.

### 1.3 O “quase-conceito” informalidade

Na virada do milênio, o sociólogo Machado da Silva (2002) realiza um balanço crítico sobre os debates em torno do termo informalidade. Construído com um rigor analítico ímpar, o diagnóstico e o prognóstico presentes na argumentação do autor figuram como questões “obrigatórias” em praticamente todas as pesquisas posteriores sobre o tema (ALVEZ, 2001; CALIXTRE, 2011; DRUCK; OLIVEIRA, 2008; OLIVEIRA, 2005; PEREIRA, 2011; SANCHEZ, 2012; SILVA, 2008; VIANNA, 2006; para ficar em apenas alguns exemplos).

Machado da Silva (2002) relembra que os debates em torno do que, posteriormente, se convencionou denominar informalidade – desde a sua origem nos anos 1960 – tratavam das “dificuldades e distorções da incorporação dos trabalhadores ao processo produtivo em contextos onde o assalariamento era pouco generalizado” (idem, 83). A referência concreta desse assalariamento é o emprego assalariado fordista, típico da experiência histórica dos países centrais. Segundo o autor, em que pese as diferentes perspectivas em confronto, os debates compartilhavam um conjunto de pressupostos, a saber: a) a organização do trabalho nas cidades e uma relativa convicção do papel dinâmico desempenhado pela indústria. Essas concepções obscureciam as continuidades entre as relações de trabalho nos centros urbanos e fora deles; b) a concepção de que a economia possuía um centro dinâmico que operava como motor de sua evolução; c) a suposição de que o trabalho assalariado, nos moldes dos países centrais, tenderia a se universalizar como forma de produção de riqueza além de meio de reprodução social; d) o pleno emprego como tendência e/ou meta cuja característica central é a ênfase na proteção do trabalho institucionalizada em bases universalistas.

O resultado desses pressupostos (compartilhados) é que a informalidade passa a ser definida como um imenso resíduo do ideal normativo das atividades produtivas. “[...] o significado do termo dependia mais do acordo sobre o que a informalidade *não era* do que da unidade interna dos fenômenos aos quais a categoria se referia” (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 90. Grifos do autor).

Os debates iniciais em torno do conceito de informalidade ocorreram durante um momento de ampla e generalizada expansão econômica nos países centrais. Dessa forma, era preciso que a informalidade nesses países fosse desprezada na argumentação dos autores, posto que, se a incluíssem, a argumentação perderia o ideal normativo tomado como parâmetro para avaliar as “outras” economias. A partir dos anos 1980, este quadro muda completamente<sup>17</sup>. A reestruturação produtiva que acompanha o processo de globalização, o enxugamento do Estado, a retração econômica e o crescimento do desemprego, são processos que atingiram fortemente o mundo do trabalho invertendo a perspectiva de análise:

Todos esses processos levam a uma certa “desnaturalização” dos modos instituídos de organização da produção nos países centrais, que passaram a dar-se conta de sua própria “informalidade” [...] perdendo, assim, o antigo estatuto de ideais históricos que sempre tiveram para a América Latina. Em outras palavras, a informalidade se universaliza, mas agora torna-se sinônimo de “flexibilização” ou “desregulação”, quando não simplesmente de “clandestinidade”. (idem, p. 100).

Desse modo, a noção de informalidade ganha um novo sentido, deixando de ser categoria exclusiva de entendimento dos problemas relacionados à integração dos trabalhadores à estrutura produtiva dos países “subdesenvolvidos” e passa a ser incorporada nas análises sobre a estrutura produtiva e dos mercados de trabalho dos países centrais. Nestes países, o tema da informalidade alcança notoriedade pública com a crise do Estado de bem-estar e do fordismo em que uma de suas consequências foi o crescimento da informalidade por meio da expulsão de parte da população que trabalhava nos segmentos formais do mercado de trabalho. As mudanças supracitadas colocaram em xeque os empregos e a proteção social da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que criaram as condições necessárias para a ampliação de um conjunto de atividades não regulamentadas pela legislação existente em cada país. Por esta razão, a definição de informalidade adquire novos significados, sobretudo, não se definir mais “por contraposição ao assalariamento, mas sim à iniciativa econômica que escapa à regulação social” (MACHADO DA SILVA, 1996, p. 34).

em linhas gerais, as mudanças no enquadramento analítico da informalidade estão relacionadas à perda de confiança na viabilidade histórica do pleno emprego, tanto como padrão abstrato de referência para entender as formas de uso do trabalho, quanto como cimento ideológico da legitimidade política e como critério de planejamento. De fato, à medida que os problemas de absorção produtiva do trabalho avolumam-se nos países centrais, estes deixavam de representar parâmetros, transformando-se, eles também em objeto de análise da ‘informalidade’ do trabalho. (idem, p. 15).

---

<sup>17</sup> Como foi abordado no final da seção anterior.

Portanto, desde seus primeiros debates até o início dos anos 1980, os debates em torno do termo informalidade possuíam alguns pressupostos minimamente compartilhados. Gradativamente, esse relativo consenso se desfaz, tanto no plano dos valores, quanto no teórico, e também no plano do conflito político. O diagnóstico do autor não poderia ser diferente: esvaziada de sua substância analítica e força prática, a informalidade, nos quadros atuais, poderia ser entendida como um “quase-conceito”, pois a) efetua a crítica interna capaz de transformar seu modelo conceitual a partir da incorporação de novos fenômenos, b) mas a incorporação destes fenômenos são percebidos como “variações” típicas conferindo à noção de informalidade um “[...] papel poroso, a meio caminho entre a percepção social típica e a reflexão conceitual mais abrangente e rigorosa [...]” (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 85). Portanto, menos do que a ampliação do campo semântico da noção (MACHADO DA SILVA; CHINELLI, p. 25), o papel de mediação (entre os debates acadêmicos e a intervenção prática) que o “quase-conceito” informalidade desempenhou está esgotado.<sup>18</sup>

Entretanto, alguns autores empreenderam um esforço significativo de reelaboração conceitual do termo. Desse esforço, apresentaremos três matrizes a fim de avaliar suas respectivas potencialidades analíticas para a construção de categorias de entendimento que permitam superar os elementos presentes no diagnóstico acima.

.

---

<sup>18</sup> O prognóstico do referido autor é que o conceito “empregabilidade”, e sua extensão, o “empreendedorismo”, estariam, atualmente, ocupando este papel de mediação “como ponto de convergência dos problemas ligados à configuração do mercado de trabalho e à integração social” (MACHADO DA SILVA, 2003, p. 167). Infelizmente, pelos limites da presente dissertação, os desdobramentos deste prognóstico não poderão ser abordados em profundidade, ficando reservado para as futuras pesquisas que serão desenvolvidas.

## 2 A INFORMALIDADE E O ESFORÇO DE REELABORAÇÃO CONCEITUAL

Diante das transformações do “mundo do trabalho” abordado no primeiro capítulo, o debate em torno do termo informalidade demandou reelaborações conceituais a fim de adequá-lo aos “novos tempos”. O presente capítulo apresenta três matrizes analíticas forjadas neste esforço de reelaboração e seus desdobramentos teórico-metodológicos. Cada seção corresponde a uma matriz. Nas suas respectivas subseções, os conceitos são operacionalizados a partir de pesquisas empíricas. O objetivo proposto é avaliar as potencialidades analíticas de cada uma das matrizes por meio de estudos de caso que, em grande medida, se orientaram por elas ou, somente, são “bons para pensar”.

Nestes termos, a primeira seção apresenta os conceitos Processo de Informalidade e “nova informalidade” e as pesquisas sobre o *cluster* do vestuário no interior de Pernambuco; os trabalhadores de rua na cidade de Salvador; e o transporte clandestino na cidade de São Paulo. Na segunda seção, temos a abordagem que evidencia as fronteiras porosas entre o legal/ilegal, formal/informal e o ilícito. Os estudos de caso descrevem a dinâmica da atividade informal nos trens do Rio de Janeiro; e o circuito de produção, circulação e consumo na rota China-Paraguai-Brasil. Por último, a informalidade é entendida como a forma social que o trabalho assume em determinadas regiões (teóricas) da ordem social, observando como as relações econômicas, nessas regiões, assentam-se, sobretudo, nas redes de sociabilidade, nas quais a confiança joga papel central na coordenação da ação.

A ordem das seções é cronológica. Não expressa, portanto, qualquer hierarquia (de capacidade explicativa, por exemplo) entre os conceitos tratados.

### 2.1 Processo de Informalidade e “nova informalidade”: a relações entre informalidade, flexibilidade e precariedade

Na virada do milênio, a economista brasileira Cacciamali retoma algumas de suas teses elaboradas nos anos 1980 e propõe um novo referencial teórico para os debates em torno da informalidade. O conceito de Processo de Informalidade<sup>19</sup> forjado pela autora está presente em

---

<sup>19</sup> A autora optou por nomeá-lo em iniciais maiúsculas.

diversas pesquisas que versam sobre o tema (ALVEZ, 2001; CALIXTRE, 2011; OLIVEIRA, 2005; SANCHEZ, 2005; para citar apenas alguns exemplos) ou revisão bibliográfica sobre as origens e desdobramentos do denominado setor informal (BARBOSA, 2011; LOPES, 2003; VERÁS DE OLIVEIRA, 2011; entre outros).

No quadro de referências proposto pela autora, investigar a informalidade significa analisar o processo de transformações estruturais em andamento, particularmente “os processos de reestruturação produtiva; a internacionalização e a expansão dos mercados financeiros; o aprofundamento da internacionalização e a maior abertura comercial das economias; e a desregulamentação dos mercados” (CACCIAMALI, 2000, p. 158), assim como as constantes mudanças tecnológicas. Estas transformações atuam diretamente na redefinição das relações de produção, nas formas de inserção dos trabalhadores na produção, bem como nos processos de trabalho e nas instituições. Assim, o termo “informal” refere-se menos aos critérios convencionados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para definir o chamado setor informal<sup>20</sup>, e mais às formas de organização de unidades produtivas operadas por empresas familiares, ou associações entre outros indivíduos, as quais não se baseiam no trabalho assalariado, não possuem um registro contábil padrão, além de não se constituírem como entidades legais separadas de seus proprietários. O informal, para a autora, aparece em termos de um “espaço econômico” (CACCIAMALI, 1982, p. 26) de compra e venda de força de trabalho, mas sem vínculo com a seguridade social.

Processo de Informalidade é conceituado como o processo de mudanças institucionais que deriva das transformações estruturais na produção e no emprego, que são impulsionadas pela liberalização do comércio, pela maior integração das economias à economia mundial e pela revolução tecnológica em andamento. Na dimensão do mercado de trabalho, o processo de informalidade se revela por meio da destruição, adaptação e redefinição de um conjunto de instituições, normas e regras – estabelecidas juridicamente ou por meio de práticas consuetudinárias, envolvendo os seguintes aspectos: as relações entre as empresas para organizar a produção e sua distribuição; os processos de produção e de trabalho; as formas de inserção de trabalho; as relações de trabalho; e os conteúdos das ocupações. Essas alterações se mostram e possuem um duplo efeito. De um lado, são os processos de corrosão de determinadas práticas ou instituições que se tornam inadequadas pela perda de sua eficácia e/ou de sua legitimidade política ou por envolver custos diretos ou indiretos elevados. Por outro lado, constituem os processos que definem ou adaptam normas, práticas, procedimentos e instituições às necessidades e interesses da sociedade contemporânea (CACCIAMALI, 2003, p. 11-12).

Para desenvolver o conceito de Processo de Informalidade, a economista recupera o que designa de interpretação “intersticial e subordinada” (CACCIAMALI, 1982). Esta abordagem

---

<sup>20</sup> Para saber mais, conferir o primeiro capítulo da presente dissertação, em especial a seção 1.1.

apregoa que o setor informal mantém uma relação dependente e subordinada com o setor formal – ou melhor, com o processo de acumulação capitalista. Em suas palavras, o setor informal situa-se nos espaços econômicos ainda não ocupados pelas atividades tipicamente capitalistas e sua subordinação ocorre por conta dos “movimentos da dinâmica capitalista fluírem ao toque das grandes firmas e grupos oligopolistas que, em países economicamente atrasados, encontram-se vinculados ao capital estrangeiro” (CACCIAMALI, 1982, p. 23). Entretanto, para definir o conceito de Processo de Informalidade, a autora acrescenta que esta subordinação é multidimensional, pois remete também ao acesso a crédito, matérias-primas e instrumentos, à introdução de novas tecnologias, “às relações de troca e aos vínculos de subcontratação” (CACCIAMALI, 2007, p. 150).

Projetando para o cenário contemporâneo a relação de subordinação engendrada entre o setor informal e formal – “em seus aspectos espaciais, e institucionais [...]” (CACCIAMALI, 2000, p. 158) – e entendendo que esta subordinação está condicionada às especificidades nacionais e locais, o objetivo da autora passa a ser compreender seus efeitos sobre as formas de organização da produção, o trabalho assalariado, além de outras formas de inserção dos trabalhadores. Como aponta Araújo (2011), não está mais em jogo saber se o setor informal consiste em atividades orientadas para a produção ou para serviços de baixa qualidade, ou se é um setor que utiliza técnicas tradicionais e tecnologias obsoletas para produzir.

O que importa é compreender que as atividades informais são formas dinâmicas de produção; estão inter-relacionadas (não são, portanto, setores autônomos, como foi apontado no capítulo anterior); se modernizam e se desenvolvem no interior mesmo da produção capitalista. Por conseguinte, os fenômenos compreendidos no interior do conceito de processo de informalidade operam no sentido de “uma ruptura com a relação assalariada padrão, através de contratações consensuais e mesmo legais em função de mudanças na legislação trabalhista” (ARAÚJO, 2011, p. 169).

A reorganização do trabalho assalariado e o autoemprego são os dois principais fenômenos provenientes do Processo de Informalidade. O primeiro compreende tanto as formas de assalariamento que não estão previstas tanto pelos órgãos de seguridade social, quanto por agências de trabalho e prestação de serviços temporários, empreiteiras e locadoras de mão-de-obra, cooperativas de trabalho etc. O elemento comum entre todas estas atividades é a vulnerabilidade<sup>21</sup>. O segundo fenômeno refere-se ao autoemprego ou a outras estratégias de

---

<sup>21</sup> “Ou seja, a insegurança da relação de trabalho e na percepção da renda; a ausência muitas vezes de qualquer regulamentação laboral e de proteção social, especialmente contra demissões e acidentes de trabalho; o uso

sobrevivência, sobretudo, às formas de obtenção de renda (por conta própria ou por microempresas) de indivíduos que apresentem dificuldades de ingresso/reingresso no mercado de trabalho.

Sobre o quadro teórico proposto por Cacciamali, há um aspecto interessante sobre o fenômeno do autoemprego e que vale ser mencionado. Inicialmente, tem-se a impressão de que o conceito de Processo de Informalidade foi cunhado com o objetivo de substituir o conceito de setor informal, visto que aquele seria mais adequado aos novos contextos. Não é o caso. Para a economista brasileira, o setor informal não perdeu validade heurística porque o autoemprego caracteriza-se por ser “um espaço econômico não ocupado por empresas capitalistas” (CACCIAMALI, 2000, p. 164), além de uma forma de organização da produção que não se baseia no trabalho assalariado para o seu funcionamento. Cabe lembrar que estas duas características são fundantes do conceito de setor informal<sup>22</sup>.

Segundo Barbosa (2011), por meio da criação de novas formas, comumente precárias, de vinculação às empresas capitalistas, a redefinição das relações de trabalho apresenta múltiplas configurações, seja entre países e regiões ou inter e intraempresas. Além disso, as relações de autonomia e de subordinação das atividades consideradas informais e não capitalistas se manifestam de diferentes maneiras ao preencher o espaço constantemente aberto e fechado do núcleo capitalista. Ainda de acordo com Barbosa (2011, p. 149), “Cacciamali reconhece o problema, optando pelo conceito de ‘processo de informalidade’. Abandona assim o informal como objeto de estudo específico” ao focar nas mudanças institucionais a que se fez referência anteriormente. Conseqüentemente:

Este horizonte amplo de análise lhe permite decodificar “pelo menos dois fenômenos principais”: a reorganização do trabalho assalariado, inclusive sob novas formas de organização e contratação; e o auto-emprego e outras estratégias de inserção produtiva em que a renda é auferida por meio do trabalho por conta própria ou em microempresas. Reconhece, portanto, a autora que os níveis de renda e emprego nestes dois “segmentos” são definidos por mecanismos distintos, o que justifica a sua separação. *Logra assim, com o conceito de “processo de informalidade” alargar o alcance do “informal”, dialogando com a nova literatura, mas sem perder de vista as especificidades dos vários “informais”.* (BARBOSA, 2011, p. 149. grifo nosso).

---

flexível do trabalho (horas e múltiplas funções); e frequentemente menores salários, principalmente para os menos qualificados” (CACCIAMALI, 2000, p. 164).

<sup>22</sup> “O Setor Informal é apresentado, neste estudo, como um espaço econômico subordinado e intersticial ao movimento das formas de organização da produção capitalista, constituindo-se do conjunto de atividades que pode ser explorado por produtores diretos que possuem os meios e instrumentos para exercer o trabalho. Isto é, o espaço econômico ocupado por trabalhadores por conta própria.” (CACCIAMALI, 1982, p. 108).

O Processo de Informalidade, portanto, apreende as transformações estruturais na produção e nas instituições e se refere diretamente à “corrosão ou inadequação de determinadas instituições e práticas sociais e o processo de construção de práticas sociais e de definição de instituições” (CACCIAMALI, 2001, p. 6). Ademais, o conceito deve estar associado às diferentes formas de inserção no trabalho que têm lugar nos processos de reformatação das economias, em âmbito global, nacional e local. Estas formas novas, recriadas ou ampliadas devem ser tipificadas, de modo a constituírem-se em categorias de análise sempre referenciadas ao processo de desenvolvimento político, econômico e social em curso. É nestes termos que, em torno do conceito de Processo de Informalidade, pode-se apreender “tanto inserções relacionadas a determinadas formas de organização da produção, o trabalho por conta própria e a microempresa, por exemplo, como podem ser captadas diferentes formas de assalariamento ilegal.” (CACCIAMALI, 2000, p. 164).

É assim que deve ser entendida a opção de Cacciamali por forjar um novo conceito. Para além de uma nova nomenclatura para velhas questões, o Processo de Informalidade diz respeito, sobretudo, a um processo em curso, em detrimento da abordagem que se refere, em geral, a uma situação já constituída, variando apenas os critérios utilizados para classificar o que seria o informal.

O conceito de “nova informalidade”<sup>23</sup>, formulado pelo economista e sociólogo espanhol Pérez-Sáinz (1995, 1998), influenciou largamente diversas pesquisas sobre a informalidade no Brasil (DEDECCA; BALTAR, 1997; LIMA; SOARES, 2002; NORONHA, 2003; SANCHEZ, 2005; entre outros). Como sintetiza Lopes (2003, p. 51), este conceito compreende a incorporação de novos contingentes de trabalhadores, que antes atuavam no mercado formal e protegido, ao mercado informal. Ao lado disso, abarca como este ingresso deixa de ser algo transitório na trajetória desses trabalhadores para constituir-se em definitivo. Tal deslocamento só foi possível mediante a crescente flexibilização das relações de trabalho e a desregulamentação dos mercados de trabalho. Esse é o contexto no qual o conceito de “nova informalidade” se fundamenta:

Es inobjetable que los mercados de trabajo se encuentran sometidos a un creciente proceso de flexibilización que conlleva una desregulación generalizada. Desde esta perspectiva, esto supone que se estaría ante una informalización rampante del empleo que hace que la distinción formal/informal pierda, progresivamente, pertinencia. La expresión “informalización de la formalidad”, que suele emplearse a menudo en este enfoque, reflejaría este nuevo fenómeno. [...] el prefijo “neo” implica que se está ante fenómenos inéditos que los enfoques tradicionales no pueden captar dada su

---

<sup>23</sup> No original, em espanhol, o conceito intitula-se *neoinformalidad* (PÉREZ-SÁINZ, 1995, 1998).

perspectiva histórica, y el mantenimiento del término "informalidad" intenta expresar que las actividades, identificadas desde hace décadas como informales, permanecen. Pero, si se asume una postura más radical habría que contestar de manera negativa a la pregunta que da título a este trabajo. Es decir, pensamos que ya no es necesario mantener el concepto de informalidad para interpretar la nueva realidad emergente. Si asumimos la historicidad de los conceptos, o sea, que los mismos dejan de tener permanencia cuando las realidades cambian, la informalidad fue un fenómeno del modelo previo, basado en la sustitución de importaciones, que tuvo su auge con la crisis del mismo en la década de los ochenta. Pero las reestructuraciones productivas y sociales que se están dando en la región hacen que esté emergiendo un nuevo contexto histórico donde ese conjunto de actividades, identificadas como informales, deben ser resignificadas.<sup>24</sup> (PEREZ-SAINZ, 1998, p. 62-66).

Como se verificou anteriormente, os estudos sobre o que se convencionou denominar de flexibilização constituem um amplo universo de pesquisas com diferentes abordagens teórico-metodológicas e múltiplas possibilidades de objetos de investigação, conforme o interesse de cada pesquisador. Pode-se analisar as várias faces da flexibilização em diferentes processos de trabalho, ou seus impactos na estrutura ocupacional, bem como os limites e possibilidades de organização dos trabalhadores em meio a este novo contexto e, ainda, as mudanças na legislação do trabalho, propostas de reforma sindical etc. (DRUCK, 2011, p. 66-73).

A partir da sistematização dos dados fornecidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) acerca da Região Metropolitana de Salvador, Filgueiras, Druck e Amaral (2004) propõem um exercício de aplicação empírica. Este exercício consiste na construção de uma tipologia para cada uma das três definições de informalidade que os autores julgam representativos do debate – a saber: i) setor informal; ii) economia não registrada ou subterrânea; e iii) atividades não fordistas – a fim de testar e comparar as capacidades explicativas de cada um sobre os fenômenos relacionados ao mercado de trabalho brasileiro.

Os autores seguem a hipótese de que as imprecisões contidas nos conceitos supramencionados nublam uma compreensão aprofundada da heterogeneidade histórica do

---

<sup>24</sup> O trecho correspondente na tradução é: "É inegável que os mercados de trabalho estão sob crescente processo de flexibilização envolvendo uma desregulamentação generalizada. Deste ponto de vista, supõe-se que se estaria perante uma informalização rampante do emprego que faz com que a distinção formal/informal perda, progressivamente, pertinência. A expressão "informalização da formalidade", frequentemente utilizada nesta abordagem, refletiria este novo fenômeno. [...]. O prefixo "neo" implica-se que se está perante fenômenos inéditos que os enfoques tradicionais não podem captar dada sua perspectiva histórica e a permanência do termo "informalidade" intenciona expressar que as atividades, identificadas há décadas como informais, permanecem. Porém, se se assume uma postura mais radical ter-se-ia que contestar de maneira negativa a pergunta que dá título a este trabalho. Ou seja, nós pensamos que já não é necessário manter o conceito de informalidade para interpretar a nova realidade emergente. Se assumirmos a historicidade dos conceitos, isto é, que deixam de ter relevância quando realidades mudam, a informalidade era um fenômeno do modelo anterior, baseado na substituição de importações, o que culminou com a crise do mesmo nos anos oitenta. Mas a reestruturação produtiva e social que está ocorrendo na região faz emergir um novo contexto histórico em que este conjunto de atividades identificadas como informais, deva ser resignificado."

mercado de trabalho no Brasil. Isto porque cada um deles, individualmente ou em comparação, se refere a fenômenos distintos, tanto em sua natureza quanto em sua dinâmica. Segundo os autores, definir os diferentes conceitos de forma clara (teórica e operacionalmente) permitirá compreender processos mais gerais do mercado de trabalho:

[...] por darem conta, de forma agregada, de todas as atividades produtivas que não se constituem enquanto formas de produção capitalista, porque não utilizam o trabalho assalariado e não tem por lógica a obtenção do lucro e a acumulação de capital; ou, alternativamente, e num sentido mais amplo, por abarcarem, também de forma agregada, todas as atividades econômicas, capitalistas ou não, que não têm seu funcionamento regulado pelas regras jurídicas vigentes e aceitas socialmente. (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p. 211).

Embora enunciem a importância de uma definição precisa de informalidade, o objetivo dos autores é bem mais modesto: primeiramente, agregar estatisticamente os grupos/categorias de trabalhadores conforme a posição na ocupação, seguindo-se a definição proposta pelos autores clássicos de cada um dos conceitos. Depois, demonstrar como diferentes definições do termo determinam as variadas formas de agregar (quantitativa e qualitativamente) os dados para, na sequência, afirmar que “a importância (o peso) da informalidade, no conjunto produtivo, poderá variar segundo o conceito utilizado e os grupos de trabalhadores que sejam agregados para defini-los empiricamente” (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p. 216). Os resultados deste exercício – os quais serão importantes para a avaliação da “nova informalidade” a partir dos estudos de caso – podem ser resumidos do seguinte modo:

- a) O setor informal: a informalidade segundo a natureza não capitalista da atividade representa a operacionalização do termo sob a perspectiva dual, ou seja, a partir dos conceitos de setor formal e setor informal<sup>25</sup>. O setor formal é definido pelos autores como o conjunto das atividades que utilizam o trabalho assalariado e que, em vista disso, são tipicamente capitalistas. Este conjunto agrega o assalariado privado com carteira de trabalho, o assalariado privado sem carteira de trabalho, o assalariado público, o assalariado que não sabe<sup>26</sup> e o empregador. No setor informal, definido como as atividades que não utilizam o trabalho assalariado (logo, não capitalista), se inserem os

---

<sup>25</sup> Para uma discussão mais detalhada conferir o primeiro capítulo da presente dissertação.

<sup>26</sup> Isto é, o “[...] trabalhador assalariado que não sabe informar se se a empresa onde trabalha é uma firma privada ou instituição pública” (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p. 217).

trabalhadores autônomos, os empregados domésticos e trabalhadores familiares, os donos de negócio familiar e outros. O setor formal aqui aparece com 62% das atividades e o informal com 38%;

- b) A economia subterrânea: a informalidade consoante a natureza ilegal da atividade representa o agregado segundo a perspectiva da sua regulamentação, ou não regulamentação pelo Estado. Dito de outro modo, esta coluna leva em consideração a questão da legalidade/ilegalidade da atividade, sendo que a categoria registrada engloba os trabalhadores que pagam a previdência social (assalariado com carteira de trabalho assinada, assalariado público e parte dos empregadores, dos autônomos, dos trabalhadores domésticos, dos donos de negócios familiares e dos “outros”), enquanto a categoria subterrânea abarca os trabalhadores que não contribuem para previdência (assalariados sem carteira assinada, assalariado que não sabe, trabalhadores familiares, parte dos autônomos, dos empregadores, dos trabalhadores domésticos, dos donos de negócios familiares e dos “outros”). Nesta acepção, a economia registrada representa 55% e a economia subterrânea 45% das atividades;
- c) As atividades não fordistas: a informalidade segundo relações capitalistas não registradas e atividades não capitalistas consiste na junção dos dois critérios acima (as atividades com relações não capitalistas de produção, ocupação no setor formal sem registro e trabalhadores assalariados sem carteira) para as atividades não fordistas e as atividades fordistas (os assalariados registrados). Nestes termos, a informalidade é mensurada pela soma de todas as atividades, com exceção das atividades capitalistas registradas. As atividades fordistas representam 51% das atividades e as atividades não fordistas 49%.

Como resultado, o exercício proposto pelos autores demonstra como o conceito de economia subterrânea é mais abrangente que o conceito de setor informal, pois engloba uma parte considerável dos trabalhadores que não são absorvidos no último. O conceito de atividade não fordista é ainda mais abrangente, pois somente não abarca as relações capitalistas

registradas. Caso se considere dentre os agregados os desempregados ocultos por trabalho precário e os inativos como trabalho excepcional, obtém-se um aumento significativo do número de atividades que compreendem o setor informal, a economia subterrânea e as atividades não fordistas (45%, 51% e 55%, respectivamente). Em que pese o resultado aparentemente óbvio (afinal, o último é mais abrangente porque incorpora mais categorias), esta demonstração tem sua importância, visto que:

Apesar de representarem recortes distintos do mercado de trabalho, os três conceitos de informalidade utilizados reúnem, de uma forma ou de outra, as atividades econômicas e relações de trabalho mais precárias – por estarem associadas a piores condições de trabalho e/ou à ausência de proteção por parte do Estado – variando apenas a dimensão do espaço ocupado por essas atividades e por essas relações. (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p. 225).

Embora os critérios estabelecidos por cada definição apresentem resultados significativamente distintos, o denominador comum dos diferentes recortes, portanto, é a precariedade. Setor informal, economia subterrânea e atividade não fordista, cada um dos três conceitos permite compreender o grau de precariedade das relações de trabalho por meio da distância entre eles e as atividades consideradas tipicamente fordistas. Para Noronha (2003), a nova informalidade também pode ser definida como informalidade pós-fordista, já que esta resulta de mudanças nos processos de trabalho, novas concepções gerenciais e organizacionais e novos tipos de trabalho que não exigem tempo nem locais fixos, o que foi provocado pela crise do fordismo ou da sociedade industrial:

A primeira – denominada *velha informalidade* – afirma que a “informalidade” deriva da condição de um país em desenvolvimento, em que muitas atividades não são suficientemente atrativas para o investimento capitalista. Essa era uma abordagem típica no Brasil dos anos de 1960 e 1970, a qual frequentemente classificava o trabalho “informal” como subemprego. Trata-se de um ponto de vista exclusivamente econômico, na medida em que o investimento é a variável-chave. A segunda, considera o trabalho “informal” o resultado natural da busca por maximização de lucros por empresas em países com extensivo código de trabalho e elevado custo indireto da folha salarial, sobretudo em momentos de aumento da competição internacional por mercados – aqui designada *informalidade neoclássica*. Por fim, outros argumentam que a “informalidade” resulta de mudanças nos processos de trabalho, novas concepções gerenciais e organizacionais e novos tipos de trabalho, os quais não exigem tempo nem locais fixos – podemos nos referir a esse tipo como *nova informalidade* ou *informalidade pós-fordista*. (NORONHA, 2003, p. 118, grifos do autor).

Destarte, o presente debate pode ser caracterizado pelo quadro de mudanças que ocorrem no âmbito do Estado, da economia e do mundo do trabalho pós-crise do fordismo. Desse modo, há um esforço comum em compreender a informalidade como um processo

determinado por múltiplas causas correlacionadas e interdependentes, como as análises que consideram a informalidade a partir da junção dos dois critérios: da ilegalidade e das atividades não tipicamente capitalistas. Trata-se, sobretudo, de um enfoque analítico que combina e correlaciona a inserção dos trabalhadores na estrutura produtiva e os problemas do quadro político institucional que regula o mercado de trabalho. À vista disso, a noção de “nova informalidade” diz respeito a uma dinâmica processual que engloba o conteúdo explicativo destes dois últimos conceitos, buscando superar as dificuldades de caracterizar os trabalhadores informais no contexto de precarização, flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho no Brasil.

Para aprofundar essas questões, apresentam-se em seguida três estudos de caso cujo objetivo é examinar como se desenvolvem empiricamente as relações entre informalidade, flexibilidade e precariedade. No primeiro, sobre o *cluster* de vestuário localizado interior do estado de Pernambuco, Lima e Soares (2002) descrevem o entrelaçamento entre a “velha” e a “nova” informalidade desde a formação do *cluster* à sua gradativa integração na economia regional, nacional e internacional. No segundo estudo, Oliveira (2005) narra o que chama de condição “provisória-permanente” dos trabalhadores de rua na cidade de Salvador, em que a informalidade se apresenta como lugar de refúgio dos trabalhadores, por assim dizer, “repelidos” do núcleo assalariado e protegido do mercado de trabalho. Por último, em Hirata (2011, 2012) se percorre a trajetória de Hernandes e outros trabalhadores demitidos da Companhia Municipal de Transportes Coletivos em decorrência da privatização do setor, os quais encontraram no transporte clandestino de passageiros a possibilidade de fugir do “fantasma” do desemprego.

### 2.1.1 Três estudos sobre a relação entre flexibilização, precariedade e informalidade.

De acordo com Lima e Soares (2002), a produção e comercialização de “sulanca” nos municípios de Caruaru, Santa Cruz e Toritama datam do início da década de 1960. Caminhoneiros oriundos de São Paulo transportavam para a região fios de malha sintéticos (conhecidos como “helenca”) a partir dos quais se produz malhas e peças íntimas. Devido ao baixo custo de produção, aos reduzidos preços e à expansão comercial proporcionada pelas feiras realizadas nas respectivas cidades, as quais atraíam compradores de todo o nordeste brasileiro, esses municípios passaram a viver praticamente da confecção e venda de produtos de vestuário produzidos a partir da “helenca”. Contudo, estima-se que a produção era quase integralmente informalizada (cerca de 90%).

Contando com aproximadamente 3.500 empresas informais, estas unidades produtivas são caracterizadas como de pequeno porte, familiares, instaladas na própria residência, fragmentadas em todas as cidades e por empregar, em sua maioria, de um a quatro trabalhadores. O horário de trabalho é variável, a depender da demanda, e as atividades laborais muitas vezes se misturam com as atividades domésticas.

A partir de 1995, começou-se a falar em crise em Santa Cruz e Toritama, com a entrada de produtos chineses mais baratos e de melhor qualidade na região. A informalidade, como garantia de preços baixos, pela sonegação fiscal e pela ausência de obrigações trabalhistas não estaria mais funcionando numa economia globalizada. Isso porque a abertura das importações colocou em cheque [sic] diversas produções regionais, antes protegidas pela concorrência. (LIMA; SOARES, 2002, p. 174).

É nesses termos que esse estudo empírico é “bom pra pensar”. Além dos baixos custos de produção e o surgimento e crescimento das feiras que facilitavam a comercialização dos produtos, a informalidade constituía-se, em um primeiro momento, em elemento que favorecia a competitividade da produção local. O dinamismo da produção estimulou o estabelecimento de grandes fábricas e de maiores armazéns atacadistas na região. A entrada de produtos chineses alterou significativamente esse cenário. Produtos mais baratos e de melhor qualidade<sup>27</sup> exigiram que as grandes empresas obtivessem linhas de crédito, a fim de continuarem as suas vendas e garantirem sua competitividade. Desse modo, se viram obrigadas tanto a formalizar as suas

---

<sup>27</sup> Na verdade, a questão sobre a maior qualidade dos produtos chineses deve ser matizada, pois menos que a qualidade, criou-se em torno das roupas produzidas na região um imaginário social que associava a “sulanca” ao consumo dos mais pobres. Essa estigmatização passou a comprometer a expansão da produção. Atendendo para esse movimento, algumas empresas passaram a trabalhar com marca própria. (LIMA; SOARES, 2002).

atividades empresariais quanto a regularizar a situação dos trabalhadores. Assistia-se, assim, a um processo de formalização da informalidade.

Nesse ponto, a flexibilidade aparece de forma dupla. Primeiro, em uma crise de competitividade com os produtos importados. Em segundo lugar, a flexibilização, que aponta para a eliminação dos contratos de trabalho e a desregulação do mercado, exigiu a formalização das empresas interessadas em encomendas de grandes cadeias e, por conseguinte, a ampliação do assalariamento. Vale mencionar que, como os trabalhadores e as trabalhadoras eram, em sua maioria, de origem rural, os mesmos “nunca estiveram vinculados ao setor formal, e mesmo com crescimento da produção local, a formalidade não se constituía uma expectativa” (LIMA; SOARES, 2002, p. 170). Como ganham por produção, o assalariamento para esses trabalhadores é encarado ora como ameaça de redução de ganhos, ora como oportunidade de acesso à assistência médica e aposentadoria.

O que se vê nesse novo cenário é o contínuo deslocamento entre as atividades formais e informais, sempre em busca de maiores rendimentos. Sem dúvida, o ponto importante dessa pesquisa é a constatação de que a incorporação de regiões e países a uma economia mais internacionalizada não é homogênea, conforme apontaremos a partir da análise do estudo de caso a seguir.

Em Oliveira (2005), se acompanham algumas trajetórias e a sistematização de dados relativos aos trabalhadores e trabalhadoras de rua na cidade de Salvador. A pesquisa pode ser resumida em sua síntese sobre a condição do trabalhador informal: “*o provisório que se tornou permanente e o permanente que é vivido sob o signo do provisório*” (OLIVEIRA, 2005, p. 169, grifos do autor). A pesquisa nos oferece essa constatação a partir da análise das trajetórias de trabalho anteriores à situação atual de atividade informal: trabalhadores com carteira assinada, “autônomos”, empregadas domésticas, trabalhadores rurais, ou vieram da experiência do desemprego. Os dados da pesquisa apresentam uma realidade bastante heterogênea que reúne desde as atividades mais tradicionais às oriundas das mudanças na estrutura ocupacional de Salvador, especialmente a partir dos anos 1990,

[...] não encontramos apenas o ambulante que vende cartões telefônicos, morador do subúrbio ferroviário e que anda de transporte coletivo, mas também o ex-trabalhador do Pólo Petroquímico de classe média, morador da Pituba, que diariamente estaciona seu carro particular em frente à Igreja de São Bento para vender cachorro quente, ou ainda, a arquiteta que deixou o “atelier” para trabalhar com o transporte de crianças e adolescentes das principais escolas particulares, dos bairros nobres e de classe média da cidade. (OLIVEIRA, 2005, p. 155).

É interessante notar que, ao questioná-los sobre como ingressaram nas atividades informais as repostas comumente precediam um breve esclarecimento sobre suas trajetórias, como uma justificativa que seja capaz de legitimar para si e para os outros a sua condição de trabalhador informal. Em outras palavras, como não possui um emprego assalariado, necessita buscar outras formas de obtenção de renda para garantir a sua sobrevivência, ou mesmo de sua família, e encontra uma alternativa nas atividades informais (mesmo que essa alternativa aparente ser provisória e que, ao longo dos anos, configure-se gradativamente em permanente), as quais lhe permitem auferir renda e, ao mesmo tempo, escapar do estigma de desempregado.

No referido estudo, mais da metade (51% de uma total de 191 entrevistados) dos trabalhadores tinham um emprego com carteira assinada, ou seja, estes atuais informais vieram de uma relação de assalariamento com relativa proteção e acesso a direitos e cuja passagem para a atividade informal não foi automática, havendo relatos acerca do longo tempo de procura de trabalho, bem como das implicações sociais e morais de se estar desempregado. De acordo com Oliveira (2005, p. 165), “Para estes trabalhadores, possivelmente o ingresso na atividade representou uma reconversão de suas trajetórias de trabalho, dando início a um processo de mobilidade descendente e de precarização social”. O tempo de permanência dos trabalhadores também é um ponto importante: cerca de 67% tem até 10 anos de atividades ligadas à informalidade. Segundo o autor, é muito provável, portanto, que a maioria dos entrevistados tenha se inserido na informalidade nos anos 1990, como consequência dos processos derivados da reestruturação produtiva na Bahia e no Brasil.

São esses alguns dos elementos que contribuem para a compreensão de como se configura a nova informalidade no Brasil. Corroborando as afirmações de Dedecca e Baltar (1997), os quais afirmam que nos anos 1990 houve um nítido deslocamento de trabalhadores inseridos em atividades formais para as atividades informais, a pesquisa aponta como a informalidade foi se redefinindo e se constituindo em um lugar de refúgio para os trabalhadores repelidos do núcleo assalariado e protegido do mercado de trabalho. As justificativas apresentadas pelos trabalhadores expulsos (em sua maioria, permanentemente, como é o caso dos idosos e/ou menos escolarizados) do mercado formal para não quererem continuar na informalidade (o discurso do “provisório”) é a precariedade própria da atividade: a ação repressora do poder público por meio dos fiscais da prefeitura; a exposição às intempéries climáticas, à falta de higiene e de iluminação; os frequentes furtos e assaltos; e, sobretudo, os “sobressaltos e incertezas quanto ao amanhã-próximo e ao futuro-distante, fazendo que o que é ‘permanente’ seja vivido sob o signo do ‘provisório’.” (DRUCK; OLIVEIRA, 2008, p. 17).

Em Hirata (2011), se pode observar de perto o processo supramencionado. Antes inseridos no mercado formal, os trabalhadores do setor de transportes são impelidos a seguir na informalidade tendo em vista a garantia de sua sobrevivência, neste caso, por meio do transporte clandestino de passageiros em São Paulo.

Desde a sua implantação, o transporte público em São Paulo foi organizado de muitas maneiras através de diversas articulações entre a iniciativa privada e a intervenção pública. Em que pese o percurso histórico desse setor, dos bondes às mudanças que priorizaram a estrutura rodoviária no Brasil, cabe, por ora, mencionar que nos anos 1990 a empresa pública Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) foi privatizada, mantendo apenas a função de gestão do transporte coletivo na cidade. Atuando sob o nome de SPTrans, esta agência de regulação tinha por objetivo reduzir custos e tornar mais eficiente a gestão do transporte. Entretanto, o que se assistiu foi a demissão de um grande contingente de trabalhadores e a redução da oferta de transporte.

A renovação da frota realizada pela prefeitura, benefício suplementar que as empresas obtiveram no negócio e que ainda fazia a publicidade da “eficiência da gestão”, não encobria a deficiência do sistema, mas servia para justificar o aumento da tarifa e a alta dos subsídios municipais a cada ano. O que deveria ser um programa de aumento da eficácia da gestão dos transportes urbanos produziu efetivamente um momento de grave distúrbio no sistema de circulação na cidade, atingindo, claro, as pessoas que dependiam dele. (HIRATA, 2012, p. 232).

Esse é o contexto para o súbito aumento no número de perueiros na cidade. A escassez provocada pela redução da oferta de ônibus se apresentou como uma oportunidade para a criação de um serviço “auxiliar” informal de transportes que suprisse o precário serviço público prestado. Entretanto, o êxito desse empreendimento só pode ser compreendido se forem levados em conta, além da escassez de ônibus, o preço da passagem (quase metade do preço praticado pelas empresas) e os itinerários oferecidos pelas “peruas” – muito mais vantajosos para os passageiros, pois disponibilizavam transporte a poucas quadras de sua residência e evitavam as longas esperas por ônibus.

Ainda com base em Hirata, é possível deduzir a partir das entrevistas realizadas que uma parcela significativa dos trabalhadores demitidos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) passaram a trabalhar como perueiros. Em outras palavras, sob o signo da eficiência da gestão do setor de transportes, verifica-se um corte expressivo do quadro de funcionários do mercado formal de trabalho, os quais se viram impelidos a buscar outras fontes de renda.

O transporte clandestino, sem dúvida, era uma excelente opção, uma vez que os ex-funcionários da CPTM conheciam perfeitamente as dificuldades e facilidades do percurso de ônibus, os buracos na malha rodoviária, em suma, “tinham a competência para realizar o mesmo trabalho de maneira informal” (HIRATA, 2011, p. 446). Uma primeira constatação, à vista disso, é que não há ninguém melhor para organizar as novas linhas do transporte clandestino do que ex-funcionários do setor e moradores do local, como é o caso de Hernandez, apelido de um conhecido perueiro da zona sul de São Paulo e fio condutor da pesquisa empreendida.

É importante notar que “os demitidos nunca mais conseguiram um trabalho melhor ou igual ao da CMTC, mesmo os que foram incorporados nas empresas privadas de transporte da SPTrans.” (HIRATA, 2012, p. 234). Desse modo, como argumentam Dedecca e Baltar (1997), a entrada desse enorme contingente de trabalhadores redefine o papel do mercado informal a partir do momento em que passa a abrigar os trabalhadores expulsos pelo novo dinamismo industrial/empresarial e, principalmente, a atuar de maneira articulada com a estrutura formal, sobretudo na forma de novas ocupações – e esta articulação pode se realizar, inclusive, nas interfaces do legal/ilegal, informal/formal e do ilícito, como se verá na próxima subseção.

Para além de uma nova nomenclatura para velhas dificuldades teóricas, o conceito de Processo de Informalidade se refere, sobretudo, a um processo em curso, em detrimento de uma abordagem em que o informal se manifesta como situação já constituída, um setor estático e apartado do setor formal – variando apenas os critérios utilizados para classificar o que é o informal. É desse modo que deve ser entendida a opção de Cacciamali (1982, 2000, 2001) por forjar o conceito e é dessa forma que ele aparece nos estudos de caso: um conceito cuja potencialidade analítica se revela, sobretudo, para descrever um contexto, ou seja, as transformações operadas pelos processos de reestruturação produtiva, da internacionalização do capital financeiro e da abertura comercial das economias. De todo modo, a pesquisa empreendida por Lima e Soares (2002) demonstra como essa incorporação de regiões e países a uma economia mais internacionalizada não é homogênea.

Por outro lado, ainda que o conceito de “nova informalidade” tenha como ponto de partida essas mesmas transformações, permite compreender a dinâmica do deslocamento de contingentes de trabalhadores que atuavam no âmbito formal (regulado ou protegido) para o segmento informal, como foi verificado no caso dos perueiros de São Paulo – os quais, demitidos de uma empresa pública, encontraram sua fonte de renda no transporte clandestino. Sua potencialidade reside na possibilidade de construção de categorias analíticas que descrevem mais rigorosamente esse deslocamento, como é o caso da condição “provisório-permanente”

dos trabalhadores informais que atuam nas ruas de Salvador: o trabalhador informal, na ordem do discurso, afirma que a informalidade é um momento transitório em sua trajetória de vida. Entretanto, estatisticamente, pode-se notar que há uma tendência de que esses trabalhadores efetivamente permanecerão na informalidade.

## 2.2 Trabalho e Cidade: as fronteiras do formal/informal, legal/ilegal e do ilícito

Na interface da sociologia do trabalho e da sociologia urbana, há um extenso debate sobre as fronteiras porosas entre o legal, o ilegal e o ilícito em que a cidade é colocada como um plano de referências na análise de realidades urbanas em constante mutação. Um dos propósitos deste conjunto de pesquisas (TELLES, 2010, 2006; AZAIS; KESSLER; TELLES, 2012; FREIRE DA SILVA, 2008, 2012; HIRATA, 2010; PINHEIRO-MACHADO, 2008; entre outros) é compreender as transformações recentes do “mundo do trabalho” em suas interações com as dinâmicas urbanas.

### 2.2.1 A construção de parâmetros críticos: um giro nas categorias

De acordo com Telles (2010, p.115), na virada dos anos 1990, a globalização, a financeirização da economia e a revolução tecnológica abalaram os referenciais teóricos e os parâmetros sob os quais se pensava as articulações entre trabalho e cidade, pois “nesse mundo social redefinido, a experiência do trabalho (e do não-trabalho) entrelaça-se com a experiência da própria cidade”. Assim:

Se antes a questão urbana era definida sob a perspectiva (e promessa) do progresso, da mudança social e do desenvolvimento (anos 60/70) e, depois, da construção democrática e da universalização dos direitos (anos 80), agora os horizontes estão mais encolhidos, o debate é em grande parte conjugado no presente imediato das urgências do momento, o problemas urbanos tendem a deslizar e a se confundir com os problemas da gestão urbana e a pesquisa social parece em grande parte pautada pelos imperativos de um pragmatismo gestor das políticas sociais voltadas às versões brasileiras dos *quartiers difficiles*. É essa diferença dos tempos que lança a interrogação quanto ao plano de referência a partir do qual descrever e colocar em perspectiva (e sob perspectiva crítica) a nossa complicação atual. (TELLES, 2010, p. 12, grifos da autora).

Para a socióloga, colocar em perspectiva (e sob perspectiva crítica) significa construir parâmetros críticos que consigam abarcar uma realidade urbana em constante mutação. A construção desses parâmetros críticos exige uma estratégia descritiva das práticas, mediações e conexões voltadas aos pontos de “intersecção dos circuitos entrelaçados ou superpostos que fazem a trama urbana” (TELLES, 2010, p. 18), tendo-se em vista flagrar as novas mediações e conexões pelas quais os deslocamentos das fronteiras do legal e do ilegal se processam e, no contraponto entre cenas descritivas diferentes, a transversalidade das questões que se colocam.

A tarefa descritiva proposta, portanto, não pretende “descrever ‘direitinho’ as coisas tal como são ou vêm se modificando” (TELLES, 2010, p. 158), mas refere-se, principalmente, à maneira como se elaboram os objetos de investigação, se delimitam as questões e se formulam as perguntas que orientam a pesquisa, cujo propósito maior é deslocar o campo do já-dito e prospectar as potências pelas quais a ordem das coisas se (re)define:

É aqui que ganha pertinência a pergunta sobre a nova ordem que vem sendo urdida nas dobras do mundo atual. É essa a pergunta que esses (e outros) pesquisadores se fazem quando se propõem a prospectar – e descrever – os feixes dessas conexões e suas redes em escalas variadas, que se fazem nas fronteiras indiscerníveis do legal e do ilegal, do lícito e do ilícito, do formal e do informal, do oficial e do paralelo, para apreender o modo como Estado, economia e sociedade vão se redesenhando entre a implosão de suas formas canônicas e a configuração de novos diagramas de relações de poder e de domínio, mas também de formas sociais e de conflito entre grupos sociais e atores (outros jogos de atores), que também dão os sinais de uma experimentação histórica a ser seguida de perto. (TELLES, 2010, p. 159).

São essas as situações que exigem um “giro nas categorias” (TELLES, 2010, p. 111), pois para se compreender a complexidade oriunda dessas redefinições necessita-se elaborar um plano de referências para colocar em perspectiva e figurar esses processos nas dobras das redefinições e desagregações do que se entende por “mundo fordista”, assim como para re-situar o trabalho no mundo social. Sob estes termos a autora aponta a importância dos vínculos locais para a compreensão da atividade informal: as “constelações situadas” (TELLES, 2012, p. 95).

Por exemplo, uma das maiores dificuldades de se analisar a informalidade por meio da descrição de um circuito que envolve mais de um país é que os parâmetros que definem a formalidade (ou melhor, o ideal normativo que orienta a definição do que seria o âmbito formal) variam segundo a regulação estatal de cada território. Não obstante, há ainda grande variabilidade no que tange à tolerância de determinada atividade pelos agentes estatais – e, claro, entre agentes de diferentes regiões, cidades ou locais de um determinado país –, o que intervém nas nuances pelas quais se define o que é formal, informal, legal, ilegal, lícito e ilícito.

Por articular fluxos de mercadorias em redes de escala global, o mercado informal, atualmente, é a expressão própria das novas modalidades do capital globalizado e está intimamente associado à reorganização dos sistemas industriais e a uma nova geografia da produção. Através de suas conexões com os circuitos transnacionais de bens e mercadorias, as relações entre os mercados formais e informais são redefinidas, uma vez que diversos circuitos de produção se cruzam (de pequenos produtores, grandes empresas e empresários do setor de importação) e vendedores ambulantes atuam como uma espécie de serviço de distribuição que permite a circulação e consumo de mercadorias provenientes de diversas partes do globo.

Segundo Telles (2012, p. 109), a flexibilização dos contratos de trabalho, “que se expandiu no núcleo do que antes era chamado de mercado organizado”, traduziu-se em uma informalização que, ao se entranhar em todas as ocupações, redefiniu por inteiro as relações entre classe, política e representação. Na esteira desse processo, o aumento da produtividade, impulsionado tanto pela financeirização da economia quanto pela revolução tecnológica, terminou por colapsar as diferenças entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho (SENNET, 2000).

Essas “mutações de fundo” transformaram a relação entre trabalho e cidade e exigiram um giro nas categorias canônicas que até então nortearam o debate. Em um cenário urbano no qual se expande uma ampla zona cinzenta que torna incertas e indeterminadas as diferenças entre trabalho precário, emprego temporário, atividades ilegais, clandestinas ou delituosas e expedientes de sobrevivência, um sem número de trabalhadores se vê lançando mão de oportunidades legais e ilegais para obtenção de renda oscilando entre empregos mal pagos, desemprego e atividades ilícitas (TELLES; HIRATA, 2007).

Conclui, portanto, que neste novo contexto, é difícil elaborar uma distinção duradoura sobre a relação entre formalidade e informalidade sem perder as complexidades dos processos envolvidos. De todo modo, é preciso considerar que, embora os circuitos de produção, circulação e consumo tenham adquirido um caráter global, as atividades estão fortemente amparadas em vínculos locais. Essas especificidades territorializadas – para adotar a terminologia de Telles – configuram as múltiplas formas de passagens entre o formal e informal, o legal e ilegal, nas dobras do legal e ilegal, como as pesquisas abaixo sugerem.

### 2.2.2 “Constelações situadas”: os ambulantes nos trens do Rio de Janeiro e a rota China-Paraguai-Brasil

A constelação situada de Pires (2008) é a atividade informal empreendida nos trens da cidade do Rio de Janeiro. A partir de sua etnografia, se observa de perto como a atuação do Estado e o jogo de repressão e tolerância modela diferentes ambientes informais. Sem tardar, o autor apresenta aqueles que serão os personagens que compõem esse cenário: os policiais do Batalhão Ferroviário da Polícia Militar; a concessionária SUPERVIA e seus funcionários; os vigilantes privados contratados de forma terceirizada pela mesma concessionária; os trabalhadores e trabalhadoras de diferentes faixas etárias; os estudantes; os ambulantes; os pregadores; e os usuários de drogas. Posteriormente, descreve as dinâmicas presentes no interior do vagão: rodas de sueca (popular jogo de cartas); ambulantes oferecendo seus produtos – “Tem pro senhor, tem pra senhora. Aqui comigo o passatempo de sua viagem!” (PIRES, 2008, p. 05) –; o alerta de que no vagão havia um “x-9” (um policial que atua disfarçado); as posturas violentas de vigilantes e policiais.

No decorrer da pesquisa, o antropólogo nos apresenta o que chama de processo ritual de um “drama diário” (PIRES, 2008, p.25) e as categorias nativas referentes a esse processo: i) o “esculacho”, entendido como uma forma violenta de relacionamento, em termos físicos e morais, cujo objetivo é humilhar, ao passo em que o “esculachado” é aquele que sofre o “esculacho”. Em outras palavras, o esculacho pode ser definido como “o expediente insultante dirigido por um ator a outro, cuja vigência punha em risco a presença, naquele contexto, da pessoa insultada” (PIRES, 2010, p. 23); ii) o “derrame”, que caracteriza a tomada de mercadorias dos comerciantes ambulantes dos trens por parte de supostas autoridades, geralmente vigilantes contratados. O “derrame”, tal como o “esculacho”, é uma prática igualmente não autorizada, mas muitas vezes qualificada como legítima pelo segmento que sofria seus efeitos; iii) o “respeito”, algo similar à ideia de honra, um bem intrínseco à pessoa, um direito natural a que todos naquele contexto faziam jus e, portanto, inviolável, independente da posição social dos atores.

Segundo o antropólogo, o “derrame” é compreendido como parte da dinâmica entre ambulantes e vigilantes ou guardas-municipais, “uma sanção aos desvios dos camelôs diante das regras estabelecidas tacitamente entre os mais diferentes atores, que compartilhavam aquele espaço social” (PIRES, 2008, p. 31). O “esculacho”, no entanto, soava como uma denúncia grave, um atentado à categoria “respeito”:

Ocorre que os possíveis significados do termo *esculacho* no Rio de Janeiro não se limitam aos ambientes dos trens. Ele é evocado em diferentes contextos, desde o sistema prisional às relações entre pessoas no cotidiano carioca, para expressar conteúdos de insulto às substâncias morais das pessoas. É famoso, no Rio de Janeiro, o caso de uma rebelião em uma penitenciária cujo primeiro ponto na pauta de reivindicações era o “fim do esculacho”. Igualmente, no ambiente das ruas, onde a prática da venda ambulante poderia enfrentar a repressão de polícias militares, civis ou de guardas municipais, o temor ao esculacho sempre está presente. O termo é empregado para designar situações onde o insulto de alguém dirigido a outro extrapola um limite imaginário, concebido socialmente e praticado em termos rituais. (PIRES, 2010, p. 23; grifo do autor).

Desse ponto de vista, o mercado informal pode ser entendido como um lugar em que diferentes moralidades se entrecruzam, um ponto em que vários atores acionam diferentes éticas: “uma complexa operação, na qual moralidades distintas se põem em acordo, ou não, em torno de um ponto de vista ético acerca dos usos do espaço público urbano” (PIRES, 2010, p. 345), cujo resultado teórico imediato é que, embora no âmbito jurídico algumas práticas sejam decididamente ilegais e/ou ilícitas, há uma gradação relevante na dimensão moral destas mesmas práticas. Contudo, como se verá adiante, as práticas ilegais não se encontram somente em pequenas cadeias de produção e distribuição de mercadorias.

Para Pinheiro-Machado (2008), os fluxos comerciais trazidos no bojo do processo de globalização permitiram que as atividades informais integrassem circuitos cada vez mais modernizados e conectados em escala global. Por meio da descrição de uma extensa cadeia mercantil, “da linha de produção de uma mercadoria na China até o seu destino final em uma banca de camelô de uma cidade brasileira qualquer” (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 117), a antropóloga revela como, em um mundo cada vez mais globalizado, são frágeis os limites que separam a formalidade da informalidade. Ou melhor, demonstra que nesses circuitos globais, o formal interpenetra-se no informal (e vice-versa) e que ambos possuem uma relação de mutualismo na qual o informal é alimentado pelo formal e o formal é alimentado pelo informal:

Quando trato de informalidade na rota China-Paraguai-Brasil, estou fazendo referência a uma cadeia comercial específica, conectada por redes sociais, que gira em torno de mercadorias singulares e envolvendo níveis de contrabando. Nesse circuito, no qual estão produtores de um lado e sacoleiros de outro, é perpassado um sistema em que a informalidade é preponderante devido aos próprios mecanismos ilegais que ele necessita envolver. Em outras palavras, a informalidade e a transnacionalização são da natureza desse mercado, que prima pela larga-escala de produção, exportação e distribuição graças à valorização da quantidade e, sobretudo, do preço baixo. É justamente a fácil acessibilidade produtiva e de consumo que promove uma vasta cadeia de empregos (informais) da China ao Brasil. (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 120).

A interpenetração entre o formal e o informal é verificada a partir de uma etnografia realizada em algumas fábricas chinesas. Grande parte das falsificações (atividades ilícitas) chinesas advém por caminhos legais em que a terceirização da produção é a chave explicativa que permite compreender esta dinâmica em que fábricas modernas e regulamentadas produzem mercadorias ilícitas e grande parte das falsificações transita por caminhos legais.

Um exemplo disso é a produção do relógio de marca “Dorex”. Uma fábrica moderna e plenamente formalizada – conforme as normas chinesas – produzia somente as fivelas dos relógios. Outra empresa produzia pulseiras. Uma terceira é responsável por imprimir os logotipos e montar os relógios sob a encomenda dos clientes (outras empresas juridicamente cadastradas), os quais possuem uma marca desconhecida, mas registrada. Até aqui, não há produção de mercadorias ilícitas. Contudo, algum outro cliente pode encomendar a impressão de logotipos falsificados de uma marca famosa. E, com isso, os relógios serão montados em outra fábrica perfeitamente legalizada e assim por diante.

Por isso, a produção pode observar os critérios legais com as empresas se inserindo formalmente no mercado formal, mas, ao se observar a longa cadeia de terceirizações dos fornecedores, perde-se a referência acerca do lugar em ocorreu o ato ilícito. Uma mercadoria produzida na China pode estar à venda em uma prateleira no Paraguai, tendo passado pelo setor de importação/exportação e observado todos os parâmetros regulamentados (formais e lícitos). E ser ou não falsificada. De fato, o mercado de falsificações, principalmente em níveis transnacionais, não se efetua a partir de um grande setor informal e ilícito. São, sobretudo, práticas localizadas no interior da legalidade.

Por outro lado, se existem práticas informais e ilícitas que atravessam as pequenas e médias indústrias na China, na outra ponta da cadeia comercial, os camelódromos e pequenas lojas são permeados por práticas formais. Em pesquisa realizada pela autora nos camelódromos de Porto Alegre, Pinheiro-Machado (2008) constatou que muitos vendedores estavam legalizados pela prefeitura e essa condição os estimulava a evitar o contrabando e a comprar produtos em São Paulo ou em atacados. Outro exemplo são os camelôs que, por ventura, contrabandeavam mercadorias do Paraguai, mas abriam uma pequena empresa e assinavam a carteira de trabalho dos seus assistentes.

Por conseguinte, em se tratando de circuitos globais, o termo informalidade tem de ser relacionado, obrigatoriamente, com a regulação vigente em cada Estado, posto que há variações importantes segundo a tolerância e o grau de dependência do país com a atividade informal, a produção, circulação e consumo de mercadorias ilícitas. No Brasil, por exemplo, a entrada de

uma determinada mercadoria pode ser considerada contrabando, ou seja, uma ação ilícita, ao passo que as normas paraguaias são muito mais flexíveis para a entrada de mercadorias (falsificadas ou não) procedentes de outros países, tendo em vista que este comércio de fronteira é imprescindível para a economia do país. Existe no Paraguai, portanto, um acordo tácito entre as autoridades para permitir este tipo de comércio<sup>28</sup>.

Na China, verifica-se um acordo tácito de outro tipo relacionado à noção de propriedade intelectual. A produção de mercadorias falsificadas propiciou a geração de empregos e parte do crescimento econômico chinês pode ser creditado à produção de mercadorias “piratas”. A obrigatoriedade de respeitar o registro de patentes se deve aos acordos recentes firmados na Organização Mundial do Comércio (OMC) – o que não se traduz diretamente no fim da leniência dos agentes do Estado perante a produção de bens ilícitos.

É nesses termos que, além da interpenetração, se pode compreender o mutualismo entre o formal e o informal. Se, como se observou, para os comerciantes paraguaios é indispensável certa tolerância por parte das autoridades, estas, não raro, exigem uma contrapartida em dinheiro, o qual é “muitas vezes usado com a finalidade de equipar a própria polícia local” (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 129) – o que pode parecer irônico, afinal, alguns destes equipamentos servirão para reprimir (mas não somente) as atividades dos próprios comerciantes. Já na China, impostos que, a rigor, são inegociáveis, são “reajustados” mediante o pagamento de propina, oferta de banquetes e outras dádivas – um cenário que se replica em outros circuitos comerciais. No Brasil, em particular no Centro de Porto Alegre, em que pese os conflitos entre os donos de pequenos comércios e os vendedores e ambulantes, alguns lojistas afirmam que são “sustentados” por camelôs (especialmente os do ramo de alimentação) e os consideram os seus melhores clientes, porque pagam à vista e em dinheiro.

O que vale reter aqui é a compreensão de que os fluxos comerciais operados no interior dessa longa cadeia (em grande medida formal) estão intimamente associados a práticas ilegais (o contrabando, a produção, circulação e venda de produtos falsificados) e ao trabalho informal. E, ao lado disso, o entendimento de que os agentes estatais “não apenas se beneficiam da economia informal, como acabam sendo eles mesmos os executores de práticas informais e

---

<sup>28</sup> Para ilustrar isso, pode-se verificar a comparação feita por Pinheiro-Machado (2008, p.132): “Durante o trabalho de campo na Ponte da Amizade em 2006, um policial da fronteira falava-me que o seu maior propósito era acabar com os sacoleiros: ‘odiamos essa gente criminosa. Aqui, se eu puder derrubar um sacoleiro, pisar sobre ele bem no pescoço, eu piso e esmago!’. Já os policiais de Shenzhen falavam com quase orgulho a respeito da pirataria e da sua importância para um primeiro impulso na economia, relacionando isso com a necessidade urgente de se acabar com a fome e a miséria do interior do país”.

ilícitas” (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 129) em uma relação, na qual, todas as etapas desse processo são viabilizadas e sustentadas por redes informais de interesses mútuos.

Embora no âmbito jurídico algumas práticas sejam efetivamente consideradas ilegais e/ou ilícitas, os estudos de caso acima revelam como estas práticas não pertencem exclusivamente às atividades informais. Informal e ilícito não são sinônimos (ou mesmo antônimos): essas categorias podem se afastar ou se combinarem de tal modo que as fronteiras que as separariam não são claramente identificáveis. Sem dúvida, existem dificuldades consideráveis em se analisar a informalidade por meio da descrição de uma longa cadeia produtiva – cada Estado possui um ideal normativo que orienta a definição do que seria o formal, o legal e o lícito. Por outro lado, há grande variabilidade no que tange à tolerância de determinada atividade pelos agentes de cada Estado – mas, também, em cada região, cidade e bairro.

A potencialidade analítica presente nesta abordagem, portanto, é permitir a compreensão de que, embora os circuitos de produção, circulação e consumo tenham adquirido um caráter global, eles estão fortemente amparados em vínculos locais. E são essas especificidades que configuram as múltiplas formas de passagens entre o formal e informal, legal e ilegal, o lícito e o ilícito, e que tornam as diferenças entre trabalho precário, expedientes de sobrevivência e atividades ilegais fortemente contingentes.

### **2.3 Uma proposta (aposta) teórica: a informalidade como forma social do trabalho**

A matriz analítica apresentada por Cardoso (2013, 2014) propõe uma perspectiva renovada aos debates em torno do termo informalidade. A partir de uma sociologia do mercado de trabalho, o autor também apresenta uma crítica às teorias que concebem a informalidade como um setor apartado do âmbito econômico dito formal. Contudo, seus objetivos se estendem para além da crítica à abordagem dualista. Em linhas gerais, o argumento pode ser resumido da seguinte maneira: a partir dos seus mecanismos de coordenação, o centro financeiro da ordem econômica capitalista exerce um “efeito gravitacional” que integra e se estende a tudo e a todos – mesmo que esta integração entre os elementos do sistema se realize de modo desigual. Nesse sistema, diferentes zonas são produzidas por meio de sua distância relativa do centro gravitacional. Nas regiões de maior proximidade os mecanismos de coordenação são mais

densos e coesos, ao passo em que nas regiões mais distantes sua presença é mais rarefeita. Sua hipótese de pesquisa parte do princípio de que estas zonas mais rarefeitas são, na literatura que versa sobre o tema, denominadas de informais: regiões integradas ao sistema que têm na sociabilidade o principal mecanismo de coordenação de sua dinâmica mais geral:

Permita-me o leitor propor uma imagem: a ordem econômica capitalista atual, dominada pelas finanças, pode ser pensada como uma galáxia em espiral com um buraco negro no centro. O buraco negro é o que confere identidade à galáxia: sua dimensão, sua forma, sua dinâmica (seu movimento). O movimento depende também da massa (quantum de matéria) e da densidade (proximidade relativa entre os elementos) da galáxia. (CARDOSO, 2013, p. 21).

Esta galáxia em espiral não é uniforme. Possui zonas cuja densidade varia em proporção direta à sua distância em relação ao centro do buraco negro, o qual, na imagem proposta, ilustra o tesouro norte-americano<sup>29</sup>. Em outras palavras, as estruturas mais coesas e densas localizam-se mais próximas do centro que é fortemente regulado pelos mecanismos de coordenação do núcleo, a saber, o mercado, o Estado, a informação e a sociabilidade. O primeiro se manifesta sob a forma do dinheiro. O Estado garante as leis e as instituições, em especial a polícia e o exército, bem como os contratos firmados entre os diferentes mercados. A informação aparece em suas redes virtuais ou materiais de sustentação. O quarto mecanismo de coordenação da galáxia é a sociabilidade<sup>30</sup>:

[...] entende-se que as oportunidades de obtenção de meios de vida, quando acionadas pelos trabalhadores, assumem formas sociais específicas, ou configurações, estruturadas pelos meios de coordenação da ação nas sociedades contemporâneas: o mercado (ou o dinheiro) e suas instituições, o Estado (ou o poder) e suas instituições,

---

<sup>29</sup> “No núcleo do buraco negro está o tesouro norte-americano. O dinheiro circula pela espiral da galáxia, dos mais longínquos aos mais próximos de seus elementos na qualidade de informação lastreada em ativos nem sempre reais (que configuram o mercado financeiro, a energia que alimenta e mantém coeso todo o sistema, e que é também fonte de seu possível colapso), e cedo ou tarde será convertido em títulos do tesouro norte-americano. Basta uma crise, um susto, uma bancarrota de algum país em qualquer lugar da espiral galáctica. Parte do dinheiro vira investimento produtivo, claro, que as pessoas precisam comer, vestir-se, habitar, deslocar-se no espaço, ir ao cinema, mas apenas para, uma vez realizado no mercado, voltar a circular como riqueza financeira.” (CARDOSO, 2013, p. 21-22).

<sup>30</sup> “por sociabilidade entendo as inter-relações resultantes do modo de operação das linhas de força que estruturam a ordem social, linhas que organizam as expectativas recíprocas de grupos e classes sociais quanto: aos valores mais gerais de orientação da ação recíproca, ou da ação que leva o outro em conta; e aos padrões prevaletentes de justiça, ou de bem comum, ou ‘do que deve ser’ a vida em comum; e, com ambos, as próprias ações recíprocas. *Sociabilidade, então, são as trocas materiais e simbólicas, ao mesmo tempo estruturadas pelo que denomino linhas de força da ordem social, e estruturantes dessas linhas*, trocas que, por essa mesma razão interpelam constantemente as subjetividades, já que a todo momento exigem tomadas de posição, escolhas e decisões conducentes, de modo mais ou menos estruturado, à construção de identidades individuais e coletivas.” (CARDOSO, 2010, p. 50, grifo nosso).

a informação e seus meios, e o conjunto de expectativas e concepções sobre a vida em comum que dão sustento à sociabilidade. (CARDOSO, 2014, p.2).

Como o próprio autor comenta, a imagem da galáxia é e não é boa para descrever o capitalismo contemporâneo. Não é boa porque, como será abordado mais adiante, existe uma “retroalimentação” entre as zonas mais longínquas e as mais próximas do buraco negro, isto é, a periferia do sistema também alimenta o buraco negro no centro. Entretanto, a imagem é valiosa em termos heurísticos ao ilustrar o “efeito gravitacional” que o centro da galáxia exerce, pois permite entender a ordem capitalista atual como um sistema complexo, globalmente integrado, composto de ambientes cujos elementos de coordenação têm densidade variável.

As transações realizadas nas zonas mais próximas do centro são densamente reguladas pelos mecanismos de coordenação – o Estado, o mercado e a informação estão claramente presentes. À primeira vista, essas transações próximas ao centro podem parecer indiferentes à sociabilidade, especialmente porque é de se intuir que elas se realizem em ambientes virtuais, por meio de contratos (que, no limite, são impessoais), cujo único elemento relevante é o preço. Mas não é o caso. Nesses ambientes existem pessoas, com seus sonhos, expectativas e interesses, que sentem inveja, medo e alegria. Além disso, as decisões, não raro, são coletivas, com seus conflitos, tensões e convergências.

Por outro lado, pode-se também intuir que, conforme nos distanciamos do centro em direção às zonas cujos mecanismos de coordenação estão mais rarefeitos, o mercado, o Estado e a informação vão se fazendo cada vez mais ausentes (ao ponto de, nas regiões mais longínquas, desaparecerem), e somente a sociabilidade continue presente como único mecanismo. Também não é o caso. Mesmo as zonas mais distantes do sistema continuam sofrendo o efeito “gravitacional” dos mecanismos de coordenação do centro da galáxia. A distância do centro modifica o grau de atuação de cada um dos quatro mecanismos e a forma como eles se apresentam. A sociabilidade, portanto, está presente nas regiões mais densas e coesas, mas quanto mais nos afastamos do centro gravitacional, mais a sociabilidade se erige como principal mecanismo de coordenação. É, sem dúvida, uma sociabilidade diversa se compararmos centro e periferia. Ainda assim é sociabilidade, sendo igualmente lastreada na confiança.

Feitas essas considerações, pode-se avançar na argumentação e afirmar que as zonas mais rarefeitas, definidas pela sua distância em relação ao centro gravitacional, costumam ser nomeadas, “na sociologia ou na economia, como *informal*”. (CARDOSO, 2013, p. 23, grifo do autor):

No que se segue uso os termos informalidade e regulação rarefeita das relações econômicas de forma intercambiável, mas insisto: o conceito de “economia informal” não denota segmentação ou dualidade na dinâmica do capitalismo, menos ainda do mercado de trabalho. Mostrarei que as pessoas circulam com desenvoltura pelos ambientes “formal” e “informal”, em grande medida porque boa parte (talvez a maior parte) do que se entende por “economia formal”, na periferia do sistema, é apenas levemente menos rarefeita do que o “informal” (CARDOSO, 2013, p. 40).

Nos ambientes de regulação rarefeita (leia-se informais), os mecanismos de coordenação estão presentes, embora mais rarefeitos se comparado ao centro da galáxia. O Estado está presente, embora, muitas vezes, apareça sob a “forma da polícia e dos órgãos reguladores e fiscalizadores, com suas práticas mais ou menos corruptas, mais ou menos violentas, e o Estado é, em geral, um agente *de que se quer distância*” (CARDOSO, 2014, p.4, grifo do autor). O mercado está claramente presente nessas regiões, afinal, as pessoas trocam mercadorias por dinheiro e vice-versa, e a transação na periferia, neste ponto, é igual a qualquer outra realizada no centro.

Já a informação está fortemente entretecida nas redes de sociabilidade nessas regiões mais rarefeitas. É isso que explica o fato de um indivíduo comprar em um camelô específico e não em outro. Ele sabe exatamente onde comprar e quanto pagaria por aquele produto. E se o preço estiver muito além das suas expectativas ele pode tentar negociar, ou mesmo, adquirir outro produto. A informação aqui, como elemento de coordenação, apenas não está visibilizada nas redes informacionais virtuais (propagandas em jornais, revistas, outdoors, veículos de informação em geral) mais comuns ao centro.

Por isso que, nas regiões mais rarefeitas da galáxia, a confiança assume um papel central de coordenação da ação, pois ela “*socializa* as relações contratuais num sentido mais radical do termo” (CARDOSO, 2013, p.24, grifo do autor), plasmando-se nas relações comunitárias dos envolvidos – família, vizinhança, aqueles que são considerados dignos de confiança etc. Dessa forma, é densamente regulada por dimensões não reduzíveis à racionalidade econômica, como: “a moral familiar, a responsabilidade de grupo, a solidariedade e, sobretudo, a confiança entretecida nas redes sociais” (CARDOSO, 2013, p. 243). Isto posto, a diferença aqui é que quanto mais distante a região se encontra do centro da galáxia, mais rarefeitos os mecanismos de coordenação e mais estes mecanismos repousam na confiança entretecida nas redes de sociabilidade<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Conforme Cardoso (2010, p. 50), “a sociabilidade não é um atributo de quem é sociável [...] Tampouco um atributo de relações sociais [...] Não qualifica algo, não é predicado, mas sim substantivo, e é nesse sentido que se pode falar em sociabilidade capitalista, por exemplo, que tem como linha de força central, mas não única, a distribuição desiguais dos recursos materiais, simbólicos e de poder, e a apropriação privada da produção social

Mesmo nas operações realizadas nos mercados densamente regulados, a confiança é um elemento presente, embora as transações sejam firmadas por contratos, quase sempre inscritas nas leis e instituições, e os ônus e riscos sejam, majoritariamente, assumidos pelo Estado. Por seu turno, na periferia do sistema, tem-se a confiança, mas também a estratégia, a tensão, o risco, o julgamento das ações do outro, por mais que as transações possam não ser claramente distinguíveis de mecanismos pessoais de subordinação, dominação ou lealdade construídas na família ou nas redes de sociabilidade, além das atividades, não raro, estarem circunscritas ao território da sociabilidade próxima de seus praticantes. De acordo com Cardoso (2013, p. 67), “O que as estende territorialmente, na verdade virtualmente, é a vinculação, por vias mais das vezes indiretas, ao circuito da acumulação financeira dos capitais”.

A complexidade dessas relações só pode ser apreendida se não forem operadas a partir de uma ideia de informalidade que supõe uma distinção nítida entre um mundo “formal” e outro “informal”. Principalmente, como já foi exposto, ao entender que nas zonas mais densas do sistema também se encontra corrupção, ilegalidade e desconfiança – por exemplo, importadores que fraudam notas fiscais ou empresas que subfaturam com o objetivo de pagar menos imposto, propaganda enganosa, esquemas fraudulentos levados a cabo por bancos de investimento.

O efeito gravitacional exercido pelo centro ilustra como o sistema é altamente integrado. Contudo, há regiões da galáxia tão distantes que os mecanismos de coordenação são bastante rarefeitos e, por conseguinte, operam timidamente, tangenciando marginalmente o circuito do capital. É o caso das regiões com populações que vivem na extrema pobreza cuja contribuição é muito residual para a manutenção do sistema. Ainda assim, seja fornecida via Estado ou obtida no mercado, uma aspirina produzida por uma multinacional farmacêutica conecta essas populações ao circuito do capital, para citar apenas um exemplo.

É claro que há diferenças qualitativas importantes entre operar a partir do centro ou em sua periferia. Um indivíduo dependente de políticas públicas estatais para ter acesso a recursos que de outra forma não estariam disponíveis possui oportunidades de vida muito restritas se o compararmos a um executivo que atua no mercado financeiro. É importante reiterar a ideia de desigualdade de oportunidades de obtenção de meios de vida. Nascer em uma família abastada, ou ser órfão em uma favela condiciona o acesso aos fluxos de produção circulação e consumo

---

e de seus recursos, o que requer um tipo específico de legitimação das posições ocupadas e atualizadas pelos agentes [...]”.

de recursos materiais e simbólicos. A desigualdade na participação desses fluxos, portanto, restringe as possibilidades de vida, seja individual, de grupo ou de classe<sup>32</sup>.

A partir das considerações acima, pode-se afirmar que a proposta teórica articulada por Cardoso realiza uma crítica das teorias sobre a informalidade que a concebem como um setor da economia, com características, racionalidade e regras de funcionamento próprias e apartadas do âmbito econômico dito formal. E se estende além do questionamento aos dualismos, visto que “entende-se que as oportunidades de obtenção de meios de vida, quando acionadas pelos trabalhadores, assumem formas sociais específicas, ou *configurações*, estruturadas pelos meios de coordenação da ação nas sociedades contemporâneas” (CARDOSO, 2014, p. 2, grifo do autor). Essas “formas sociais específicas” são as múltiplas formas sociais que o trabalho<sup>33</sup> adquire.

A partir desse quadro teórico a informalidade se apresenta como uma forma social do trabalho (dentre outras possíveis) cuja manifestação empírica apresenta também uma multiplicidade de configurações e se materializa nas regiões (teóricas) em que os mecanismos de coordenação do sistema capitalista são mais rarefeitos. Como se apontou anteriormente, nessas regiões, as relações propriamente econômicas são tecidas por mecanismos inscritos na sociabilidade, ou seja, são relações baseadas na confiança. A finalidade das relações econômicas nessa região continua sendo a renda (que dá acesso aos meios de vida), “mas esse fim instrumental se obtém por meios nem sempre instrumentais, e nem segundo uma lógica voltada para a obtenção do lucro” (CARDOSO, 2014, p. 20).

### 2.3.1 Confiança: o “outro” como referência

Na hipótese acima, a informalidade é tratada como uma forma social do trabalho que se materializa em determinadas regiões (teóricas) da ordem social. Nestas regiões os elementos de coordenação do sistema capitalista são mais rarefeitos, de tal modo que as relações

---

<sup>32</sup> Conforme o autor, “recusar a dualidade formal/informal não é recusar as relações de poder que resultam do (e reproduzem o) modo de operação dos mecanismos de coordenação do sistema. É recusar, apenas, a dualidade.” (CARDOSO, 2013, p. 35).

<sup>33</sup> Para Cardoso (2014, p.2), “Nesse recorte, o trabalho é uma potência, ou um conjunto de possibilidades, habilidades, anseios e projetos de indivíduos (e por vezes coletividades) que só se realiza (ou se objetiva) nas formas sociais que assume.”.

econômicas se tecem e são coordenadas, em especial, por mecanismos inscritos na sociabilidade: “a confiança, o medo, a inveja, a solidariedade, o ‘outro’ estereotipado (Schutz), o ‘outro’ generalizado (Mead), a responsabilidade moral por um membro vulnerável na família etc.” (Cardoso, 2014, p. 21).

Seguindo estas formulações percebe-se que comprar uma mercadoria qualquer em um camelô qualquer envolve um sistema complexo de tácitas lealdades recíprocas: o sujeito ofertante acredita que o sujeito demandante se aproximando não é um policial disfarçado<sup>34</sup> ou que não lhe roubará. O sujeito demandante espera comprar a mercadoria por um preço justo, que o camelô também não lhe roubará, e mesmo que permitirá a troca caso a mercadoria apresente defeito. Este acordo tácito também está presente na decisão de um camelô que, para vender suas mercadorias na rua, necessita antes comprá-las deste ou daquele “muambeiro”. Nesses exemplos não há dúvidas de que a sociabilidade, lastreada na confiança, é a condição da transação comercial em foco.

Por outro lado, a sociabilidade também está presente nas transações comerciais entre grandes corporações, compras com cartão crédito, fusão entre multinacionais, ou seja, nas transações realizadas no centro do sistema – mesmo que aparentemente velada porque quase sempre está inscrita em instituições e leis. Como aponta o autor, “o capital não é um ente, menos ainda racional” (CARDOSO, 2013, p. 29). Ele precisa de pessoas que sintam e pensem por ele, que tenham ganância, sonhos de grandeza e de poder, inveja, desejo de enriquecimento. Desta forma, por detrás e anteriormente às transações nas regiões mais densas, sempre existirá alguém decidindo por meio das informações disponíveis e tomando por base as ações de outras pessoas. “É uma sociabilidade diversa da que se sustenta por relações de na periferia, mas é sociabilidade, e igualmente lastreada na confiança.” (idem, p. 16-17). Portanto, fica evidente que as expectativas em relação ao outro, a confiança, a inveja, todos esses elementos típicos da sociabilidade estão presentes em todas as regiões do sistema. O importante aqui é enfatizar que nas regiões mais periféricas as relações econômicas assentam-se, sobretudo, nas “nas relações pessoais e nas redes de sociabilidade, nas quais a confiança joga papel central na coordenação das ações”.

A Ecinf/2003 permite investigar outros meandros desse ambiente. Segundo a pesquisa, 80% dos 2.9 milhões de ocupados nos empreendimentos “informais” conseguiram seu emprego através de “relações pessoais”. Menos de 5% lançaram mão de agência de recrutamento (1,3%), anúncio em jornais (2,3%) ou cartazes (0,7%),

---

<sup>34</sup> “E o policial é o rosto do Estado nessa transação, assim como o temor do assalto (que não pode ser denunciado ao policial)” (CARDOSO, 2013, p. 28).

isto é, meios impessoais. Para que se tenha uma ideia do que isso representa, tomando-se a Pesquisa de Dimensões Sociais das Desigualdades, PDSO, que, dentre outras coisas, perguntou como os entrevistados conseguiram seu emprego atual, 36% dos ocupados em 2008 tinham conseguido a ocupação através de consultas a amigos próximos ou a parentes, sendo que a consulta a parentes fora mobilizada por 12% do total. Se somarmos a essas duas categorias a consulta a “conhecidos” chegava-se a 48% dos ocupados em 2008. Ou seja, as relações pessoais parecem decisivas para a obtenção de uma ocupação para boa parte dos brasileiros, independente se “formais” ou “informais”. Mas se considerarmos que quase metade dos ocupados no “setor informal” da Ecinf/2003 compunha-se de membros da família do proprietário do negócio, e que 80% mobilizaram relações pessoais para se ocupar, então temos um quadro de construção de relações contratuais de trabalho, nessa esfera do mundo rarefeito na periferia do sistema, fortemente ancorada em laços familiares e nas redes de relações pessoais, bem mais do que nos outros ambientes por onde circula a força de trabalho. (CARDOSO, 2013, p. 57-58)

Segundo o sociólogo, na periferia do sistema, caso o proprietário do negócio demande mais trabalhadores, ele mobilizará um mecanismo de circulação de informação, não raro, circunscrito às suas redes de sociabilidade e de sua família. Neste ambiente (lembrando, teórico) amigos, conhecidos e familiares estariam mais dispostos a concordar com relações de trabalho não reguladas, no limite, nem ao mesmo remuneradas, do que desconhecidos. É uma relação econômica, portanto, mas que para prosperar necessita estar assentada na confiança mútua. Por exemplo, o trabalhador confia que o proprietário pagará o salário apalavrado (ou que pagará assim que puder, caso seja este o acordo estabelecido anteriormente). E também há a confiança de que o trabalhador não entrará na justiça a fim de obter uma quantia em dinheiro (ou a assinatura da carteira de trabalho) por conta de seus direitos burlados.

“Vale marcar que 60% dos contratos captados pela Ecinf/2003 eram por tempo indeterminado. Contratos de trabalho de boca por tempo indeterminado se sustentam: pela confiança, cujo substrato são as relações pessoais; pela dependência afetiva ou material dos familiares; por noções de responsabilidade sobre os destinos mútuos; por lealdades de origem vária. Em suma, por normas não imediatamente econômicas e por preocupações redistributivas que resultam, porém, eficazes na manutenção dos empreendimentos no tempo e, mesmo, em “lucratividade”, ou renda capaz de sustentar o indivíduo e sua família. (CARDOSO, 2013, p. 65)

Portanto, nessa forma social assumida pelo trabalho, os elementos centrais de coordenação são a informação entretida nas redes sociais. A confiança, a inveja a solidariedade, em suma, “toda a gama de disposições para a ação que tomam o *outro* como referência” (CARDOSO, 2014, p. 4. Grifos do autor) são as linhas de força que estruturam a sociabilidade. Trata-se de relações econômicas – porque o fim almejado ainda é a renda (que dá acesso a meios de vida) – mas que são, imediatamente, relações sociais.

As considerações e exemplos acima não são frutos de um estudo de caso rigoroso sobre as relações de confiança (e seus correlatos: desconfiança, inveja, medo, solidariedade,

responsabilidade moral, etc.) nas formas sociais que o trabalho assume em determinadas regiões (teóricas) da ordem social. A proposta (ou, poder-se-ia dizer, a aposta teórica) ainda carece de um conjunto de estudos empíricos mais sistemáticos a fim de comprovar as hipóteses levantadas. Entretanto, a presença desses exemplos se justifica pelo fato de que, agrupados, compõem um quadro ilustrativo “bom para pensar” a hipótese oferecida.

Como apontou-se, nestas regiões rarefeitas as relações propriamente econômicas são tecidas por mecanismos inscritos fortemente na sociabilidade. A finalidade dessas relações, na periferia do sistema, continua sendo a renda, mas não necessariamente está voltada para uma lógica de obtenção de lucro. A potencialidade analítica desta proposta reside em compreender a informalidade como um conjunto de relações sociais que têm, na forma, a aparência de relações econômicas, mas que são, na realidade, materializações, ou formas sociais assumidas pelo trabalho numa sociedade periférica, que não universalizou o assalariamento. Neste quadro teórico, a informalidade é definida “em seus próprios termos” – e não como desvio do ideal normativo daquilo que se considera o formal.

## CONCLUSÃO

A presente dissertação de mestrado, intitulada “Informalidade: um conceito em busca de uma teoria”<sup>35</sup> procurou apresentar alguns dos elementos centrais dos debates em torno da informalidade. O propósito foi demonstrar como e em qual contexto os primeiros conceitos – ligados à problemática da incorporação produtiva de crescentes contingentes de trabalhadores que se deslocavam para as cidades – foram forjados e as reelaborações conceituais efetuadas

---

<sup>35</sup> O título inspirou-se na seguinte contatação: “[...] concepts have meaning only when considered as part of defined theoretical frameworks, the notions of formality and informality have become the epitome of a pretheoretical approach. *In fact, "informal sector" has become a (pre) concept in search of a theory. This is neither good nor bad; it is merely the result of the advantages and difficulties that surround scientific endeavor.*” (PORTES; CASTELLS; BENTON, 1989, p. 78, grifo nosso). O trecho correspondente na tradução é: “conceitos só têm sentido quando considerados como parte de quadros teóricos definidos, as noções de formalidade e informalidade tornaram-se o epítome de uma abordagem pré-teórica. De fato, o "setor informal" tornou-se um (pré) conceito em busca de uma teoria. Isso não é bom nem ruim; é apenas o resultado das vantagens e dificuldades que cercam o esforço científico”.

por diferentes pesquisadores a fim de adequar o termo às profundas transformações ocorridas naquilo que se convencionou denominar “mundo do trabalho”.

A etnografia empreendida por Hart (1973) em um bairro pobre de Accra (Gana) é apontada como a pesquisa que deu origem ao conceito de setor informal. Sua principal preocupação era analisar as possibilidades de obtenção de renda de parte da população ganense que não se encontra nas formas do emprego assalariado fordista, típico da experiência histórica dos países centrais. Como aponta Barbosa (2011), a originalidade das formulações do antropólogo é superar as “concepções ocidentalistas” e questionar se o setor informal deveria ser realmente visto como um traço negativo dos países subdesenvolvidos.

Coube ao famoso “Relatório Quênia” (ILO, 1972) a ampliação e difusão do conceito. Fundamentado nas proposições de Hart, o setor informal adquire um caráter descritivo, referindo-se, sobretudo, a unidades de produção que utilizam técnicas arcaicas, possuem escassa regulamentação e cuja propriedade é de origem familiar, (entre outras características). A opção da OIT por essa definição descritiva<sup>36</sup> se deve ao fato de possibilitar identificar estatisticamente este setor e designá-lo como objeto de políticas econômicas. (CUNHA, 2006).

Com o aprofundamento da globalização econômica, a elevação da insegurança nos mercados de trabalho e o aumento da desigualdade social, diferentes expressões da informalidade se expandiam pelo mundo e ampliava-se a diversidade e a heterogeneidade das atividades informais. Embora um consenso ainda estivesse distante, a literatura sobre o assunto no período destaca cada vez mais a importância do setor informal na geração de renda para uma parte significativa da população. Em 2002, na 90ª Conferência Internacional do Trabalho, foi adotada uma abordagem mais ampla, reconhecendo-se a importância social e política destas atividades. Sob o *slogan* trabalho decente, a OIT convencionou utilizar o termo economia informal, procurando assim englobar toda a diversidade e dinamismo encontrados neste universo complexo e heterogêneo. Entretanto, o esforço empreendido por esse *slogan* não deve ser desprezado, pois permite apontar que degradação das condições de trabalho não é um atributo exclusivo do setor informal (ou, nesse caso, da economia informal), o que é evidenciado, sobretudo, pela presença de novas formas de precarização/ flexibilização /terceirização tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos.

Posteriormente, aborda-se o diagnóstico efetuado por Machado da Silva (2002). Se a problemática das dificuldades e distorções da incorporação dos trabalhadores ao processo

---

<sup>36</sup> Esta definição foi alvo de constantes debates, como viu-se na seção 1.2.

produtivo em contextos onde o assalariamento era pouco generalizado foi a questão central do termo (agora) informalidade, o autor aponta que a referência concreta desse assalariamento é o emprego assalariado fordista, típico da experiência histórica dos países centrais – em outras palavras, o ideal normativo das primeiras formulações. A reestruturação produtiva que acompanha o processo de globalização, o enxugamento do Estado, a retração econômica e o crescimento do desemprego, são processos que atingiram fortemente o mundo do trabalho invertendo a perspectiva de análise: “em outras palavras, a informalidade se universaliza, mas agora torna-se sinônimo de ‘flexibilização’ ou ‘desregulação’” (idem, p. 100). O diagnóstico do autor não poderia ser diferente: esvaziada de sua substância analítica e força prática, a informalidade, nos quadros atuais, pode ser entendida como um “quase-conceito” perdendo completamente o seu papel de mediador entre a reflexão propriamente acadêmica e a intervenção prática. Diante desse quadro, o debate em torno do termo informalidade demandou reelaborações conceituais a fim de adequá-lo aos “novos tempos”.

Um desses esforços é analisado por meio dos conceitos de Processo de Informalidade e “nova informalidade”. A potencialidade analítica do primeiro conceito é revelado, sobretudo, para descrever um contexto, ou seja, as transformações operadas pelos processos de reestruturação produtiva, da internacionalização do capital financeiro e da abertura comercial das economias. Do mesmo lado, o conceito “nova informalidade” permite compreender a dinâmica do deslocamento de contingentes de trabalhadores que atuavam no âmbito formal (regulado ou protegido) para o segmento informal, como foi verificado no caso dos perueiros de São Paulo. Sua potencialidade reside na possibilidade de construção de categorias analíticas que descrevem mais rigorosamente esse deslocamento, como é o caso da condição “provisório-permanente” dos trabalhadores informais que trabalham nas ruas de Salvador.

Em seguida apresentou-se a abordagem que aponta as fronteiras porosas do formal/informal, legal/ilegal e do ilícito. Esta abordagem demonstra que, embora no âmbito jurídico algumas práticas sejam efetivamente consideradas ilegais e/ou ilícitas, estas práticas não pertencem exclusivamente às atividades informais. A potencialidade analítica presente nesta matriz analítica é permitir a compreensão de que, embora os circuitos de produção, circulação e consumo tenham adquirido um caráter global, eles estão fortemente amparados em vínculos locais. E são essas especificidades que configuram as múltiplas formas de passagens entre o formal e informal, legal e ilegal, o lícito e o ilícito, e que tornam as diferenças entre trabalho precário, expedientes de sobrevivência e atividades ilegais fortemente contingentes.

A terceira e última matriz analítica compreende a informalidade como uma das múltiplas formas sociais que o trabalho pode assumir em determinadas regiões (teóricas) da ordem social. Sua potencialidade analítica resulta em compreender a informalidade como um conjunto de relações sociais que têm, na forma, a aparência de relações econômicas, mas que são, na realidade, materializações, ou formas sociais assumidas pelo trabalho numa sociedade periférica, que não universalizou o assalariamento. Neste quadro teórico, a informalidade é definida “em seus próprios termos” – e não como desvio do ideal normativo daquilo que se considera o formal.

Pelos limites da presente dissertação não foi possível comparar (criticamente) as matrizes apresentadas de modo a verificar os limites e possibilidades (assim como as rupturas e continuidades) analíticas presentes em cada uma delas. Para pesquisas futuras, aposta-se que a proposta que compreende a informalidade como forma social do trabalho tem força para ampliar os horizontes de análise sobre o tema, sobretudo por tratar a “informalidade” como constitutiva de aspectos centrais da nossa sociabilidade. Faz-se necessário, portanto, estudos empíricos mais sistemáticos a fim de comprovar as hipóteses suscitadas por esta última abordagem.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. “*Setor Informal*” ou *Trabalho Informal*? Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade. 2001. 166 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.

ARAÚJO, A. M. O trabalho flexível e a informalidade reconfigurada. In: OLIVEIRA, R.V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Org.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p.161-189.

\_\_\_\_\_.; LOMBARDI, M. R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 452-477, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n149/05.pdf>> . Acesso em: 20 dez. 2014.

AZAIS, C. As zonas cinzentas no assalariamento: proposta de leitura do emprego e trabalho. In: AZAIS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V. S. (Org.). *Ilegalismos, Cidade e Política*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p.167-198.

BARBOSA, A. F. O conceito de Trabalho Informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: OLIVEIRA, R.V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Org.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p. 105-159.

\_\_\_\_\_. De “Setor” para “Economia Informal”: Aventuras e Desventuras de um Conceito. In: SEPAC, 2009, Recife. *Oficina*. ago. 2009. p. 1-40. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/texto\\_sem\\_2009\\_barbosa.pdf](http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/texto_sem_2009_barbosa.pdf)>. Acesso em 14 out. 2014.

CACCIAMALI, M. C. *Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção*. 1982. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

\_\_\_\_\_. Globalização e Processo de informalidade. *Revista Economia e Sociedade*, São Paulo, v. 2000, p. 57-78, 2000. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V9-F1-S14/06-Cacciamali.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina contemporânea: Brasil e México. *Pesquisa e Debate*, São Paulo, v. 12, n. 1(19), p. 5-49, 2001.

\_\_\_\_\_. (Pré-) Conceitos sobre o setor informal, reflexões parciais, porém instigantes. Comentários ao artigo. *Econômica*, Niterói, v. 9, p. 145-168, 2007.

\_\_\_\_\_; JOSÉ-SILVA, M. de F. Mais informalidade, menos cidadania: os efeitos criados por esse círculo vicioso sobre a formulação da política social na América Latina. *Cadernos Prolam/USP*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 7-22, 2003.

CALIXTRE, A. B. *A Condição Informal: reflexões sobre processo de informalidade no Brasil contemporâneo*. 2011. 105 f.. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2011.

CARDOSO, A. M. *A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

\_\_\_\_\_. *Informalidade como forma social do trabalho: uma proposta teórica e algumas implicações empíricas*. XXXII Congresso da Latin American Studies Association (LASA). Chicago, 21-24 de Maio. 2014.

CORTÉS, F.. La Metamorfosis de los Marginales: La Polémica sobre el Sector Informal en América Latina. In: TOLEDO, E. G. (Org.). *Tratado Latinoamericano de Sociología del Trabajo*, Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica. 2003.

CUNHA, M. P. Formalidade e informalidade: questões e perspectivas. *Etnográfica*, v. X (2), p. 219-231, nov. 2006.

DEDECCA, C. S.; BALTAR, P. E. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 27, n. especial, p. 65-84, set./dez. 1997.

DRUCK, G.; OLIVEIRA, L. P. A condição “provisória-permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua de Salvador. *Revista VeraCidade*, Recife, ano 3, n. 3, maio 2008.

FILGUEIRAS, L. A.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. *Cad. CRH*, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229, maio/ago. 2004.

FREIRE DA SILVA, C. *Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FURTADO, A. *Economia informal e trabalho informal: duas faces da mesma moeda?*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

\_\_\_\_\_. Mercado informal e Estado: jogos de poder entre tolerância e repressão. In: AZAIS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V. da S. (Org.). *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 57-80.

GONZÁLEZ, C. G. R. El "otro" sendero: los presupuestos teóricos de Hernando De Soto. *Realidad económico-social*, n. 19-24, p. 227-254, 1991. Disponível em: <<http://www.uca.edu.sv/revistarealidad/archivo/4e737b4d46ec3elotrosendero.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

HART, K. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. *Journal of Modern African Studies*, v. 3, n. 11, p. 61-89, 1973.

HIRATA, D. V. Produção da Desordem e Gestão da Ordem: notas para uma história recente do transporte clandestino em São Paulo. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 4, n. 3, p. 441-465, 2011.

\_\_\_\_\_. *Sobreviver na Adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese (Doutorado em Sociologia). 367 f. 2010 - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. O Transporte clandestino em São Paulo: contribuição para uma antropologia política do Estado. In: AZAIS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V. da S. (Org.). *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. pp. 229-251.

HUGON, P. O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 32-63, 1997.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION. Employment, Incomes and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya. Geneva: ILO, 1972. Disponível em: <[http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1972/72B09\\_608\\_engl.pdf](http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1972/72B09_608_engl.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2015.

JATOBÁ, J. A. Pesquisa sobre mercado de trabalho na América Latina: o estado das artes. *Literatura Econômica*, v. 12, p. 3-106, 1990.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos*. Brasília: OIT-Brasil, 2010 (Trabalho decente no Brasil; Documento de trabalho, n. 4).

LATAPI, A. E. Estado, orden político e informalidad: Notas para discusión. *Nueva Antropología*, México, v. XI, n. 37, p. 23-40, abr. 1990. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/159/15903703.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

LAUTIER, B. Informalidade das relações de trabalho e cidadania na América Latina. *Cad. CRH*, Salvador, v.6, n.18, p. 5-48, 1993.

LAZARTE R. El "sector informal": una revisión conceptual bibliográfica. Problemas del Desarrollo. *Revista Latinoamericana de Economía*, México, v. 31, n. 121, p. 35-62, abr./jun.2000. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/121966.pdf>>. Acesso 10 jan. 2015.

LIMA, J. C.; SOARES, M. J. B. Trabalho Flexível e o novo informal. *Cad. CRH*, v. 15, n. 37, p. 163-180, jul./dez. 2002.

LLOSA, M. V. Prólogo. In: DE SOTO, H. *El Otro Sendero: La Revolución Informal*. Lima: Barranco, 1986. Disponível em: <[http://www.elcato.org/pdf\\_files/Prologo-Vargas-Llosa.pdf](http://www.elcato.org/pdf_files/Prologo-Vargas-Llosa.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

LOPES, E. A. Informalidade: um debate sobre seus Distintos Usos e Significados. *BIB*, São Paulo, n. 65, p. 49-70, 1º semestre de 2003. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=143&limit=20&limitstart=0&order=name&dir=ASC&Itemid=435](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=143&limit=20&limitstart=0&order=name&dir=ASC&Itemid=435)>. Acesso em: 29 dez. 2014.

MACHADO DA SILVA, L. A. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). *Caderno CRH*. Salvador, n.37, p. 81-109, jul./dez. 2002

\_\_\_\_\_. Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade. Dissertação (Mestrado). 1971 - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1971.

NORONHA, E. G. *Entre a lei e a arbitrariedade: mercados e relações de trabalho no Brasil*. São Paulo: LTr, 2000.

\_\_\_\_\_. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v.18 n.53, p. 111-129, out. 2003.

OLIVEIRA, L. P. *Condição “Provisória-Permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua na Cidade de Salvador*. 2005. 236 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p.161-189.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Decent work and the informal economy*. Geneva: ILO, 2002.

PEREIRA, J. N. *O programa empreendedor individual e as estratégias de formalização das atividades econômicas no pólo de confecções do Agreste Pernambucano*. 2011. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L.A. *The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.

PÉREZ-SÁINZ, J. P. Globalización y neoinformalidad en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 135, p. 36-41, jan./fev. 1995.

\_\_\_\_\_. ¿Es necesario aún el concepto de informalidad?. *Perfiles Latinoamericanos*, n. 13, p. 55-71, dez. 1998.

PINHEIRO-MACHADO, R. China-Brasil-Paraguai: uma rota para pensar a economia informal. *Rev. bras. Ci. Soc.*, v. 23, n. 67, p. 117- 133, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10713674009>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

PIRES, L. *Direitos culturais, desigualdades e discriminações*. Deus ajuda a quem cedo madruga? Trabalho, informalidades e direitos civis nos trens da Central do Brasil, 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/ineac/sites/default/files/deusajudaaquemcedomadruga-lenin1.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. *Arreglar não é pedir arrego*. Uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

Disponível em: <[http://www.uff.br/ppga/wp-content/uploads/2013/06/ARREGLAR-N%C3%83O-%C3%89-PEDIR-ARREGO\\_Lenin-dos-Santos-Pires.pdf](http://www.uff.br/ppga/wp-content/uploads/2013/06/ARREGLAR-N%C3%83O-%C3%89-PEDIR-ARREGO_Lenin-dos-Santos-Pires.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Mercados Informais e Economia Popular: possíveis fronteiras entre moralidades e legalidade nas relações da Sociedade e o Estado. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36, 2012, Águas de Lindóia, *Anais*. p. 1-17. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=8251&Itemid=217](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8251&Itemid=217)>. Acesso em 10 jan. 2015.

RABOSSI, F. *Nas ruas de Ciudad del Este*: vidas e vendas num mercado de fronteira. 2004. 318 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SANCHEZ, F. J. B. *Além da informalidade, quem dos direitos*: reflexões sobre o trabalho desprotegido. 2012. 200 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SENNET, R. *A corrosão do caráter*: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOTO, H. *El Otro Sendero*. Lima: El Barranco, 1986

SOUZA, M. B. A Atualidade do debate da marginalidade social: notas contra o predomínio do pragmatismo e do individualismo no estudo das relações de trabalho. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, ECONOMIA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI, VI, 2008, UNESP/Marília, *Anais*. Marília: Grafica Massoni, 2008, p.1-17. Disponível em <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/marcosbarcellosdesouza.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

TELLES, V. S. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Rio de Janeiro: Argumentum, 2010.

\_\_\_\_\_. Jogos de poder nas dobras do legal e ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. In: AZAIS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V. da S. (Org.). *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. pp. 27-55.

\_\_\_\_\_. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 173-195, jun. 2006.

\_\_\_\_\_.; HIRATA, D. V. Cidades e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61. p. 173-191, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10274/11913>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

TOKMAN, V. Informalidad en América Latina: Balance y perspectivas de políticas. *Revista Internacional de Estadística y Geografía*, México, v. 2, n.3, p. 16-31, set./dez. 2011. Disponível em: <[http://www.inegi.org.mx/prod\\_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/integracion/especial/revist-inter/Revista%20Digital%204/Doctos/RDE\\_04\\_Art02.pdf](http://www.inegi.org.mx/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/integracion/especial/revist-inter/Revista%20Digital%204/Doctos/RDE_04_Art02.pdf)>. Acesso em 20 dez. 2014.

\_\_\_\_\_.; Las relaciones entre los sectores formal e informal. *Revista de la CEPAL*, Santiago do Chile, n. 5, p. 103-141, 1º semestre 1978. Disponível em: <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11933/005103141\\_es.pdf?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11933/005103141_es.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 20 dez. 2014.

\_\_\_\_\_.; El sector informal: quinze años después. **El Trimestre Económico**, México, DF, n. 215, p.513-536, jul./set. 1987.

\_\_\_\_\_.; DE SOUZA, P.R.: El Sector Informal Urbano en América Latina. *Revista Internacional del Trabajo*, Ginebra, 1976.